

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CAMPUS SOLEDADE

**JULIANE DO PRADO**

**EMPREGO DA ITG 1000 – MODELO CONTÁBIL PARA MICROEMPRESA E  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS NA REGIÃO DE SOLEDADE-RS**

SOLEDADE

2013

**JULIANE DO PRADO**

**EMPREGO DA ITG 1000 – MODELO CONTÁBIL PARA MICROEMPRESA E  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS NA REGIÃO DE SOLEDADE-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Soledade, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Marcelo Silva

SOLEDADE

2013

**JULIANE DO PRADO**

**EMPREGO DA ITG 1000 – MODELO CONTÁBIL PARA MICROEMPRESA E  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS NA REGIÃO DE SOLEDADE-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em \_\_\_\_ de  
Dezembro de 2013, como requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel em Ciências Contábeis no curso de Contábeis  
da Universidade de Passo Fundo, campus Soledade, pela Banca  
Examinadora formada pelos professores:

Prof. Me. Marcelo Silva

UPF – Orientador

---

Prof. Dr.– UPF

---

Prof. Dr.– UPF

SOLEDADE

2013

Dedicatória  
A minha família.

## AGRADECIMENTOS

“Eu tentei 99 vezes e falhei, mas na centésima tentativa eu consegui, nunca desista de seus objetivos mesmo que eles pareçam impossíveis, a próxima tentativa pode ser a vitoriosa”  
Albert Einstein.

A Deus. Aos meus pais, que sempre me apoiaram, me ensinaram que na vida nada vem fácil, que é preciso batalhar para conseguir o que deseja. Agradeço pela educação que recebi e sou muita grata por isso.

Ao meu marido Márcio, meu amigo, companheiro, que me apoiou desde o início da faculdade nas minhas escolhas, especialmente neste último ano que foi bastante puxado, sempre esteve ao meu lado me incentivando. Obrigada meu amor por sempre ter reforçado minha confiança para continuar.

Aos amigos que fiz nesta trajetória, em especial a Marina, Karine, Guilherme, Diego e Lion, fomos mais que colegas, fomos companheiros a cada dificuldade, rimos, brincamos, nos divertimos muitas vezes, mas o mais importante de tudo é que sempre estivemos juntos. Aos amigos antigos, colegas de trabalho. Tantos foram os momentos que passamos juntos. Obrigada pelo apoio.

A minha família por todas as vezes que não tive um tempinho para sair, conversar, obrigada por me entenderem. Aos meus irmãos Airton, Ézio e Odair. Amo vocês

Aos professores que encontrei nestes quatro anos, por todo conhecimento transmitido. Agradeço ao Professor Marcelo, meu orientador, que me auxiliou, que me ensinou que é preciso força, esmero e vontade própria. Obrigada pela sua dedicação e paciência. Com certeza é um dos muitos profissionais do corpo docente da Universidade que merece respeito e admiração por sua dedicação.

Muito Obrigado

“Ainda que esteja na trilha certa, você será atropelado,  
se simplesmente ficar parado”.

**WILL ROGERS**

## RESUMO

PRADO, Juliane do. **Emprego da ITG-1000 Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**. Soledade, 2013. 95 f. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Contábeis). UPF, 2013.

A Contabilidade Brasileira passou nos últimos anos, por significativas mudanças. Primeiramente foram as empresas de grande porte que começaram a adequar-se aos novos padrões de escrituração de acordo com as normas internacionais, mais tarde em 2010, com a criação de CPC PMEs, isto passou a ser realidade para as Pequenas e Médias Empresas e finalmente com a Resolução 1.418/12 do CFC isto se tornou realidade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Com tantas mudanças acontecendo na área contábil o presente trabalho buscou responder: os profissionais dos escritórios de contabilidade da região de Soledade estão utilizando a ITG-1000 na elaboração das Demonstrações Contábeis das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte? O objetivo geral foi de verificar o emprego da ITG-1000 Modelo Contábil para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, no momento da elaboração de suas demonstrações contábeis. Quanto os objetivos, este estudo classifica-se como pesquisa descritiva e com tipologia quanto aos procedimentos como pesquisa bibliográfica e levantamento ou *survey*. Foram consideradas para a análise dos dados uma amostra de 13 entidades. Das organizações participantes, 95% dos clientes atendidos por elas, estão enquadrados como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, estando assim estas entidades obrigadas a elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com a ITG-1000. 46% das organizações que participaram da pesquisa afirmam que elaboram as Demonstrações Contábeis em acordo com a ITG-1000. 23% dos profissionais conhecem e dominam o conteúdo da norma técnica, 46% conhecem a norma, mas dominam parcialmente o conteúdo e 31% dos profissionais conhecem a norma, mas não dominam o conteúdo. Os resultados desta pesquisa evidenciam que há necessidade de qualificação para os profissionais, pois apesar da obrigatoriedade da norma desde o exercício de 2012, as entidades ainda não estão elaborando as demonstrações de forma integral conforme obrigatoriedade da ITG-1000.

**Palavras-chave: Contabilidade; Normas Internacionais de Contabilidade; ITG 1000-Modelo Contábil para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;**

## **LISTA DE QUADROS**

|                                                                                         |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1- Principios Fundamentais de Contabilidade .....                                | 21 |
| Quadro 2- Modelo de Balanço Patrimonial .....                                           | 33 |
| Quadro 3- Modelo da Demonstração do Resultado do Exercício .....                        | 35 |
| Quadro 4- Organizações Contábilis atendidas pela Delegacia do CRC/RS de Soledade/RS ... | 47 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                         |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1- Formação dos Profissionais.....                                               | 48 |
| Tabela 2- Titulação e área de conhecimento .....                                        | 48 |
| Tabela 3- Tempo de atuação na área contábil .....                                       | 49 |
| Tabela 4- Meios que os profissionais utilizam para manter-se atualizados .....          | 51 |
| Tabela 5- Quantas empresas a organização contábil atende.....                           | 50 |
| Tabela 6- Enquadramento das empresas quanto ao porte.....                               | 51 |
| Tabela 7- Regime de Tributação .....                                                    | 51 |
| Tabela 8- Utilização da contabilidade no processo de tomada de decisão .....            | 52 |
| Tabela 9- Importância quanto à utilização dos dados gerados pela contabilidade.....     | 53 |
| Tabela 10- Elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com a ITG-1000.....         | 53 |
| Tabela 11- Utilização da ITG-1000 na elaboração das Demonstrações Contábeis.....        | 54 |
| Tabela 12- Escrituração de acordo com o regime de competência .....                     | 54 |
| Tabela 13- Contabilização das com estoque.....                                          | 55 |
| Tabela 14- Contabilização da Aquisição de Ativo Imobilizado.....                        | 56 |
| Tabela 15- Cálculo de Depreciação de Ativo Imobilizado.....                             | 56 |
| Tabela 16- Desvalorização de Ativo Imobilizado .....                                    | 57 |
| Tabela 17- Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa .....                     | 58 |
| Tabela 18- Simplificação da elaboração das Demonstrações Contábeis .....                | 59 |
| Tabela 19- Elaboração de Notas Explicativas .....                                       | 60 |
| Tabela 20- Conhecimento sobre o conteúdo da ITG-1000 .....                              | 61 |
| Tabela 21- Elaboração das Demonstrações Contábeis e obrigatoriedade .....               | 62 |
| Tabela 22- Demonstrações elaboradas para Microempresas e Empresa de Pequeno Porte ..... | 63 |
| Tabela 23- Procedimento adotado para perda em Ativo Imonilizado .....                   | 63 |
| Tabela 24- Depreciação dos Bens do Ativo Imobilizado.....                               | 64 |
| Tabela 25- Carta de Responsabilidade .....                                              | 64 |
| Tabela 26- Motivos de não ter adotado a Carta de Responsabilidade.....                  | 65 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CRC- Conselho Regional de Contabilidade

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral

PME – Pequenas e Médias Empresas

IASB-*International Accounting Standards Board*

ITG- Interpretação Técnica Geral

PESP- Primeiro que entra, Primeiro que sai

RS- Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

|                                                                                        |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>1- INTRODUÇÃO</b> .....                                                             | 12 |
| 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO .....                                                             | 12 |
| 1.2 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA .....                                    | 16 |
| 1.3 OBJETIVOS .....                                                                    | 17 |
| <b>1.3.1 Objetivo Geral</b> .....                                                      | 17 |
| <b>1.3.2 Objetivos Específicos</b> .....                                               | 17 |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....                                                     | 19 |
| 2.1 CONTABILIDADE .....                                                                | 19 |
| <b>2.1.1 Histórico dos Princípios de Contabilidade e Normas de Contabilidade</b> ..... | 20 |
| 2.2 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA NO BRASIL .....                                           | 23 |
| 2.3 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA PARA PMEs .....                                           | 26 |
| 2.4 DEFINIÇÃO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA .....                                         | 26 |
| <b>2.4.1 Regulamentação da Escrituração Contábil</b> .....                             | 27 |
| <b>2.4.2 Objetivo da Escrituração e Aplicabilidade nas PMEs</b> .....                  | 29 |
| 2.5 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....                                     | 30 |
| <b>2.5.1 Balanço Patrimonial</b> .....                                                 | 31 |
| <b>2.5.2 Demonstração do Resultado</b> .....                                           | 33 |
| <b>2.5.3 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b> .....                    | 36 |
| <b>2.5.4 Demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados</b> .....                    | 37 |
| <b>2.5.5 Demonstrações do Fluxo de Caixa</b> .....                                     | 37 |
| <b>2.5.6 Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis</b> .....                       | 39 |
| 2.6 ITG 1000 MODELO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE .....                 | 41 |
| <b>2.6.1 Escrituração</b> .....                                                        | 41 |
| <b>2.6.2 Critérios e Procedimentos Contábeis</b> .....                                 | 41 |
| 2.6.2.1 <i>Custos dos Estoques</i> .....                                               | 41 |
| 2.6.2.2 <i>Ativo Imobilizado</i> .....                                                 | 42 |
| <b>2.6.3 Demonstrações Contábeis</b> .....                                             | 41 |
| <b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....                                             | 44 |
| 3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA .....                                     | 44 |

|                                                                    |    |
|--------------------------------------------------------------------|----|
| <b>3.1.1 Classificação Quanto aos objetivos</b> .....              | 44 |
| <b>3.1.2 Classificação Quanto aos Procedimentos</b> .....          | 45 |
| <b>3.1.3 Classificação Quanto a Abordagem do Problema</b> .....    | 46 |
| 3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS .....                               | 46 |
| 3.3 LIMITAÇÕES DE ESTUDO .....                                     | 46 |
| 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....                          | 47 |
| 4.1 BLOCO 1 IDENTIFICAÇÃO DO/A RESPONDENTE .....                   | 48 |
| 4.2 BLOCO 2 SOBRE CONTABILIDADE .....                              | 52 |
| 4.3 BLOCO 3 SOBRE A ITG 1000 .....                                 | 54 |
| 4.4 BLOCO 4 QUESTÕES ADPTADAS DE ROWER, BORDIGNON E KRUGER 2012 .. | 60 |
| 4.5 CONCILIAÇÃO DOS RESULTADOS DE ROWER, BORDIGNON E KRUGER .....  | 65 |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                | 67 |
| REFERÊNCIAS .....                                                  | 70 |
| APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO PESQUISA SOBRE ITG 1000 .....            | 74 |
| ANEXO A – RESOLUÇÃO 1.418/12 .....                                 | 80 |

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Os usuários internos e externos, em tese, utilizam a Contabilidade como instrumento, que auxilia no processo de tomada de decisão. Nesse sentido é necessário que a elaboração das demonstrações contábeis possa atender as necessidades dos diversos usuários.

Iudícibus (2010, p. 71) afirma que “uma das finalidades da contabilidade é a avaliação de desempenho de períodos passados, além de fornecer informações hábeis para tomada de decisões gerenciais a respeito do futuro”.

Neste mesmo contexto a Equipe de Professores FEA/USP (2010, p. 3) considera que “a contabilidade fornece aos administradores um fluxo contínuo de informações sobre os mais variados aspectos da gestão financeira e econômica das empresas”.

Já para Nyama (2010, p. 15):

A contabilidade, por ser uma ciência social aplicada, é fortemente influenciada pelo ambiente em que atua. De uma forma geral, valores culturais, tradição histórica, estrutura política, econômica e social acabam refletindo nas práticas contábeis de uma nação e conseqüentemente, a evolução da mesma pode estar vinculada ao nível de desenvolvimento econômico de cada país.(NYAMA, 2010, p. 15)

O mesmo autor esclarece ainda que “a Contabilidade no Brasil foi marcada pela forte influência da legislação tributária, que determinava procedimentos contábeis para classificação das contas e apropriação de receitas e despesas, nem sempre adequados à luz da

teoria contábil” (NYAMA, 2010, p. 1).

Apenas em 1972 foi divulgada a expressão “princípios contábeis”, pelo Conselho Federal de Contabilidade, no entanto só em 1981, com a vinda da Resolução 530-Princípios Fundamentais de Contabilidade definiram-se quais eram os princípios fundamentais da contabilidade. Mais adiante em 1993, o Conselho Federal de Contabilidade editou a Resolução 750 que dispõe sobre os Princípios de Contabilidade, ficando assim definidos sete princípios. No mesmo ano o CFC criou um grupo, com o objetivo de desenvolver as Normas Brasileiras de Contabilidade (NYAMA, 2010).

Diante do exposto é necessário relatar que nosso país iniciou o processo de harmonização da Escrituração Contábil, com as normas internacionais no ano de 2007 com a Lei 11.638/07 que alterou e revogou dispositivos da Lei 6.404/76, conhecida como a Lei das S.A e também da Lei 6.385/76 que regula o mercado de valores mobiliários, estendendo-se às sociedades de grande porte ações relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Com isto em 2005, algumas entidades de direito privado, enviaram ao Conselho Federal de Contabilidade um pedido oficial para a criação do CPC-Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que foi aprovado com a Resolução nº 1.055/05, onde em seu art. 3º estabelece o objetivo do CPC:

Art. 3º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Segundo Fernandes *et al.* (2010, p. 3) “o CPC veio preencher o vazio que existia no Brasil, quanto à centralização da normatização contábil, convergente as normas internacionais [...]”.

Ainda na mesma linha de considerações Fernandes *et al.* (2010, p. 3) aponta que “a importância do CPC para a contabilidade brasileira fica evidente, uma vez que irá consolidar conhecimentos e necessidades de todos os envolvidos com a Ciência Contábil na elaboração de seus pronunciamentos técnicos, convergindo às normas internacionais”.

Padoveze, Benedicto e Leite (2011, p. 9), também demonstram sua opinião na necessidade da harmonização contábil, quando afirmam que “se a empresa tiver de preparar

suas demonstrações contábeis de acordo com diferentes normas de distintos países para se comunicar com investidores nos vários mercados de capitais que opera, terá com isso elevados custos e dificuldades no processo de comunicação”.

Por fim em 2007, após a aprovação da Lei 11.638/07, fomos nos aproximando do processo de padronização e harmonização da escrita contábil, e a prática contábil utilizada passou a ser revisada.

Para Carvalho, Lemos e Costa (2006, p. 15), “a contabilidade internacional surgiu para minorar as agruras de quem quer investir fora de seu país e até hoje tinha que manusear balanços em dezenas de normas contábeis distintas, tentando compatibiliza-las para comparar”.

As informações contábeis de um empreendimento gerados no campo da contabilidade internacional interessam tanto a segmentos de um mesmo grupo econômico que realiza operações e transações internacionais como também aos usuários da informação que estão domiciliados em diferentes países em relação ao empreendimento que divulga essas informações. (PADOVEZE, BENEDICTO e LEITE, 2013, p. 3).

Com a aprovação da Lei 11.638/07 o Brasil começou a seguir o caminho de outros países, realizando mudanças nos sistemas contábeis e assim os novos padrões começaram a ser adotados. GONÇALVES *et al.* (2012).

Costa, Yamamoto e Theóphilo (2011, p. 1) afirmam que:

O início das mudanças dos padrões contábeis brasileiros para o padrão internacional ocorreu formalmente com a edição das Leis 11.638/07 e 11.941/09 que alteram os dispositivos da Lei 6.404/76, modernizando a contabilidade e exigindo que as empresas brasileiras (especialmente as sociedades por ações) passassem a utilizar pronunciamentos contábeis baseados nas normas internacionais de contabilidade.

Em 2009, o IASB- *International Accounting Standards Board* divulgou a *The International Financial Reporting Standardt for Small and Medium-sized Entities* (IFRS for SMEs), norma internacional de contabilidade adequada para empresas de médio e pequeno porte.

Devido a isto, no mesmo ano o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Resolução nº 1.255/09, instituindo assim a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Esta norma tem por finalidade contribuir para que as informações prestadas nas

demonstrações contábeis, possam contribuir para o desenvolvimento das Micros e Pequenas empresas de nosso país no contexto do processo de harmonização contábil do qual o Brasil esta vivenciando desde 2007.

A passagem de um modelo baseado em regras para outro baseado em princípios não é simples, principalmente porque exige uma mudança de comportamento dos profissionais envolvidos com o assunto. Entretanto os benefícios advindos dessa mudança são muitos: a informação contábil torna-se mais compreensível, relevante, confiável e comparável, e tudo isso pode ser resumido em uma expressão: “informação contábil de melhor qualidade!” (MARION, 2012, p. 6).

A propósito Silva (2011, p. 178) afirma que “a estrutura conceitual da nova contabilidade define que o papel da contabilidade é prover informações úteis à vida socioeconômica da empresa, servindo como uma excelente ferramenta para a tomada de decisão, dos próprios administradores bem como de investidores, acionista e credores”.

Para Iudícibus *et al.* (2010, p. 21), “o uso dos princípios, ao invés de regras, obriga é claro, a maior julgamento e a maior análise, exigindo maior preparação”.

As informações que constam nas demonstrações contábeis são fundamentais para os usuários, a NBC TG 1000- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, na Seção 2 afirma que:

O objetivo das demonstrações contábeis de Pequenas e Médias Empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

Segundo Giroto (2010, p.1) “as demonstrações contábeis preparadas de acordo com o IFRS para PMEs objetiva evidenciar de forma transparente informações sobre a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa dessas empresas”.

Depois de janeiro de 2010 a NBC TG 1000- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas tornou-se obrigatória para todas as empresas enquadradas como Pequenas e Médias Empresas. Por ser uma norma de 35 seções, a mesma contempla fenômenos que muitas vezes não se enquadram para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

A Resolução 1.418 emitida pelo CFC em 2012 veio a beneficiar as Microempresas e

empresas de Pequeno Porte. A presente Resolução aprovou a ITG 1000- Modelo Contábil Simplificado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a qual foi submetida em audiência pública por cerca de quatro meses.

De acordo com o sítio do CFC ([www.portalcfc.org.br](http://www.portalcfc.org.br)):

A ITG 1000 foi elaborada pelo CFC com o objetivo de propiciar um tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, visando à simplificação da escrituração e da geração de demonstrações contábeis, levando em consideração a realidade quanto ao porte, volume de negócios e de transações realizadas por esse conjunto de entidades.

Mesmo que o processo de harmonização dos padrões internacionais da Contabilidade brasileira já seja uma realidade, Giroto *apud* Carneiro (2010, p. 9) “ressalta a necessidade de os profissionais da Contabilidade estarem devidamente qualificados para elaborar as demonstrações contábeis de acordo com a norma”.

Conforme citado acima, podemos considerar o importante papel do profissional nesta nova etapa da Contabilidade em nosso país, visto que estas mudanças visam à qualidade da informação contábil, baseadas mais em interpretações do que apenas em regras.

## 1.2 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

Em nosso país, a elaboração das Demonstrações Contábeis por muito tempo esteve atrelada as legislações fiscais vigentes, mas com o passar dos anos alguns órgãos reuniram esforços para que esta realidade mudasse.

Para o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (1997, p. 31), “a partir da aceitação de normas comuns de Contabilidade, as empresas poderão divulgar suas demonstrações financeiras de acordo com os critérios internacionais de contabilidade e, com isso, facilitar o entendimento de todas as partes interessadas em suas informações”.

Segundo Gomes (2010, p. 9), o “uso do IRFS para PME potencializa a atração de capitais e investimentos, por utilizar linguagem comum e permitir a comparação de informações contábeis de maneira ágil”.

Sendo assim, o problema foi formulado devido à necessidade de verificar se a Resolução nº 1.418/12 do CFC, que aprovou a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte vem sendo aplicada na elaboração das Demonstrações Contábeis, nesse sentido o presente trabalho busca responder a seguinte pergunta:

**Os profissionais dos escritórios de contabilidade da Região de Soledade-RS, estão utilizando a ITG 1000 na elaboração das Demonstrações Contábeis das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte?**

### 1.3 OBJETIVOS

#### 1.3.1 Objetivo Geral

Verificar o emprego da ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, no momento da elaboração de suas Demonstrações Contábeis.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Destacar a opinião dos profissionais em relação à adoção da ITG 1000 para a elaboração das Demonstrações Contábeis nas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- Identificar, por meio de questionário, a percepção dos profissionais de Contabilidade, quanto a utilização da ITG 1000 na elaboração das Demonstrações Contábeis;
- Revisar a ITG-100 no contexto de identificar perspectivas técnicas contábeis exigidas por norma profissional e sua aplicabilidade na prática profissional;
- Revisar a literatura sobre o tema, no contexto do processo de convergência internacional da Contabilidade do Brasil;

- Identificar através do questionário se as empresas atendidas pelas organizações se enquadram para o emprego da ITG-1000;
  
- Explicar se os gestores das empresas utilizam as Demonstrações Contábeis como instrumento para auxiliar no processo de tomada de decisão;
  
- Identificar se as organizações contábeis tem conhecimento sobre a ITG-1000 e se estão conseguindo aplicar as novas regras no momento da elaboração das Demonstrações Contábeis das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
  
- Contatar a Delegacia do CRC/RS de Soledade/RS, para que a mesma possa fornecer a lista das organizações contábeis atendidas na região;
  
- Elaborar um questionário para ser aplicado as organizações contábeis atendidas pela Delegacia do CRC/RS de Soledade/RS;

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 CONTABILIDADE**

O empresário no momento de tomar uma decisão necessita de uma fonte de informação rica de detalhes, que lhe possibilite analisar a situação de seu negócio. A Contabilidade é fundamental para o controle e o acompanhamento das atividades econômicas e empresarias. Em sentido mais amplo ela trata da coleta, classificação, apresentação e interpretação das informações e dados econômicos, operacionais e financeiras das companhias. (OLIVEIRA e NAGATSUKA, 2000, p. 21).

A Equipe FEA/USP (2010, p. 1) aponta que:

A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja esta pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, seja mesmo do Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia, etc., tem um campo de atuação muito grande.

Do mesmo modo, Kroetz (2000, p. 21), esclarece que:

A contabilidade é uma ciência social que estuda a riqueza patrimonial individualizada, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, tendo como objetivos a geração de informações e a explicação dos fenômenos patrimoniais, possibilitando o controle, a análise, a avaliação, o planejamento e a tomada de decisão, no enfoque do passado/presente/futuro. Tudo isso servindo aos mais diversos usuários, para que eles possam, por meio de seus atos, buscar a prosperidade da entidade da sociedade.

A Equipe de Professores FEA/USP (2010, p. 3) argumenta que a “Contabilidade é um conjunto integrado de conceitos e normas para fornecer informações que devem ser moldadas

às finalidades as quais se destinam”. Para Marion (1990, p. 21) os usuários são as pessoas que se utilizam da Contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam na Contabilidade as suas respostas.

A Contabilidade auxilia os usuários, fornecendo informações, para que estes possam avaliar vários aspectos da entidade, podendo assim tomar decisões com mais segurança, tornando-a um elemento cada vez mais essencial.

### **2.1.1 Histórico dos Princípios de Contabilidade e Normas de Contabilidade**

Os profissionais da contabilidade compreendem a elaboração das demonstrações contábeis de diferentes pontos de vista, em tempos passados não havia um parâmetro em comum que fosse capaz de auxiliar a elaboração de uma demonstração contábil de forma técnica e padronizada.

Em nosso país, a Contabilidade vem buscando o desenvolvimento desde a década de 70, onde o mercado de capitais começou a decolar, e também devido a reforma bancária ocorrida na mesma época. Em 1972, o CFC divulgou a Resolução 321/72, mas como esta resolução falava apenas em Normas e Procedimentos de Auditoria, em 1981 foi aprovada a Resolução nº 529-Normas Brasileiras de Contabilidade onde sustenta em seu art.1º que:

Art. 1º As Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC – constituem um corpo de doutrina contábil, que serve de orientação técnica ao exercício profissional, em qualquer de seus aspectos de assessoramento, compreendendo consultoria, chefia e direção dos serviços contábeis, atividades didáticas e de magistério de contabilidade; ao contabilista profissional liberal, empregado ou funcionário público, através da busca, quantificação, registro, relato e análise de dados contábeis; no campo de Auditoria, organização de Sistema de Controle Interno, Planejamento Contábil, Perícia, Avaliação e Controle Patrimonial, Planejamento, Apuração e Análise de Custo, Planejamento e Elaboração de Orçamentos, Contabilidade Governamental, Elaboração de Demonstrações Contábeis e Análise Econômico-Financeira das Entidades.

Como descrito acima, os profissionais contábeis, passaram a ter orientação técnica no exercício de sua profissão. Para tanto os Princípios Contábeis ainda não estavam definidos, mas de maneira informal eram utilizados os conceitos ministrados na Universidade de São Paulo (USP), que tinham por sua vez a influência da Escola Norte-Americana de

Contabilidade.

Devido a estes fatos em 1981 o CFC, verificando a necessidade de fixar os princípios de contabilidade vigentes no Brasil, aprovou a Resolução 530, onde em seu artigo 1º resolve:

Art. 1º Aprovar as Normas Brasileiras de Contabilidade referentes aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, anexas para elaboração das Demonstrações Contábeis – NORMA NBC – T 1. (RESOLUÇÃO Nº 530, 1981)

A Norma NBC – T 1 define os Princípios que devem ser utilizados nas Demonstrações Contábeis, conforme segue:

Quadro 1 – Princípios Fundamentais de Contabilidade

| Princípios Fundamentais de Contabilidade |                                                       |
|------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| 1- Entidade                              | 2- Qualificação e Quantificação dos Bens Patrimoniais |
| 3- Da Expressão Monetária                | 4- Da Competência                                     |
| 5- Da Oportunidade                       | 6- Da Formalização dos Registros Contábeis            |
| 7- Da Terminologia Contábil              | 8- Da Equidade                                        |
| 9- Da Continuidade                       | 10- Da Periodicidade                                  |
| 11- Da Prudência                         | 12- Da Uniformidade                                   |
| 13- Da Informação                        | 14- Dos atos e Fatos Aleatórios                       |
| 15- Da Correção Monetária                | 16- Da Integração                                     |

Fonte: Elaborado pela autora, conforme NBC – T 1

A Equipe de Professores FEA/UPS (2010, p. 3), destacam a sua opinião:

Entretanto, mencionadas Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade não tem força legal e, portanto, embora os profissionais da área contábil possam ser punidos pelo Conselho pela não observância aos princípios fundamentais de Contabilidade, o mesmo não acontece com as empresas, já que elas estão sujeitas à observância de normas legais e regulamentares e não as do CFC.

Mas em 1993, levando em consideração a evolução da área Contábil o Conselho Federal de Contabilidade, atualizou os princípios de Contabilidade através da Resolução nº 750/93 definindo sete principais princípios de Contabilidade. Esta Resolução dispõe que os Princípios Fundamentais de Contabilidade são:

- Entidade;
- Continuidade;

- Oportunidade;
- Registro pelo Valor Original;
- Atualização Monetária;
- Competência e
- Prudência.

Marion (1990, p. 20) aponta que a “Contabilidade é muito antiga e que com o passar do tempo o governo passou a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a tornou obrigatória para a maioria das empresas”.

Do ponto de vista de Iudícibus *et al.*(2010), a Contabilidade foi influenciada por um longo período pelos limites e critérios fiscais, particularmente os da Legislação do Imposto de Renda. Do mesmo modo que isto contribui em alguns pontos para a Contabilidade, restringiu a evolução dos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Em 2010, o Conselho Federal de Contabilidade, observando a importância da manutenção da Resolução 750/93 e para assegurar que as Normas Brasileiras de Contabilidade sejam aplicadas de maneira correta, atualizou a mesma através da Resolução CFC 1.282/10.

Dessa forma, os princípios válidos de acordo com a Resolução 750/1993, editada pela Resolução 1.282/10, em seu art. 3º são:

Art. 3º São Princípios de Contabilidade: Redação dada pela Resolução CFC nº. (1282/10)

- I) O da ENTIDADE;
- II) O da CONTINUIDADE;
- III) O da Oportunidade

Como é possível observar conforme artigo citado acima, a Resolução 1.282/10 revogou o art. 8º da Resolução 750/93 e também modificou a expressão de Princípios Fundamentais de Contabilidade para “Princípios de Contabilidade”, isso veio para contribuir com a harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade.

De acordo com Marion (2010), a Contabilidade não deve ser feita visando basicamente a atender as exigências do governo, mas, o que é muito mais importante, a auxiliar as pessoas a tomarem decisões.

## 2.2 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA NO BRASIL

O desenvolvimento do mercado de capitais, traz no âmbito contábil, a necessidade de haver um padrão para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, uma vez que cada país possui uma prática contábil diferente de acordo com sua cultura, sistemas políticos e tributações.

Em 1976, através da Lei 6.385/76, foi criada a CVM -Comissão de Valores Mobiliários, com a finalidade de estabelecer regras de contabilização, avaliação e apuração das Demonstrações Contábeis das S.A.. Para o avanço de nossa contabilidade um ponto importante foi a aprovação da Lei 6.404/76, conhecida como a Lei da S.A.

Um dos passos que marcou o avanço da Contabilidade no Brasil foi a publicação no Diário Oficial da União, em 24 de Outubro de 2005 da Resolução 1.055/05, que criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, esta criação se deu em virtude de várias necessidades, mas as principais foram:

- Convergência Internacional das Normas Contábeis;
- Centralização na emissão de Normas dessa Natureza;
- Representação e processo democráticos na produção desta informações;

Conforme a Resolução 1.055/05 do CFC que criou o Comitê do Pronunciamentos Contábeis , ficam listados em seu art. 2º, capítulo I as entidades que fazem parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

Art. 2º - O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) será composto pelas seguintes entidades:

- a - ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas;
- b - APIMEC NACIONAL - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
- c - BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; (2)
- d - CFC - Conselho Federal de Contabilidade;
- e - IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil;
- f - FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. (CFC, 2012)

O papel do Comitê de Pronunciamentos Contábeis é fornecer os Pronunciamentos

Técnicos, para que o CFC possa converter em Normas Brasileiras de Contabilidade. Da mesma maneira os demais órgãos reguladores transformam estes em atos normativos.

A resolução 1.055/05 do CFC que criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis cita em seu artigo 3º os objetivos do CPC:

Art. 3º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Buscando cada vez mais se aproximar da total inserção do Brasil aos Padrões Internacionais de Contabilidade, o CFC instituiu em 2007 por meio da Resolução nº. 1.103/07, a criação do Comitê Gestor da Convergência do Brasil.

A Resolução CFC nº. 1.103/07 aprovou a criação do Comitê da Convergência no Brasil e em seu capítulo II, art. 3º, aponta os objetivos do Comitê:

Art. 3º: O Comitê tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil por meio da reforma contábil e de auditoria que resulte numa maior transparência das informações financeiras utilizadas pelo mercado, bem como no aprimoramento das práticas profissionais, levando-se sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

E em seu art. 4º, alínea “d”, dispõe que uma de suas atribuições é acompanhar o CPC, a fim de alinhar as ações do processo de convergência às necessidades de nosso país.

O processo de harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade começou a dar passos definitivos a partir da aprovação da Lei 11.638/07 que esteve tramitando na Câmara dos Deputados por sete anos, com o Projeto de Lei nº.3.741. A referida Lei dispõe como devem ser elaboradas e divulgadas as Demonstrações Financeiras das empresas de grande porte.

Para Iudícibus *et al* (2010, p. 20) “essa Lei, alterando a de nº 6.404/76, a Lei das S.A., foi a grande mudança que propiciou condições para a convergência às normas internacionais de contabilidade.”

Em 2008, foi aprovada a Medida Provisória 449/08, que logo depois em 2009, foi

convertida pela Lei 11.941/09, o objetivo foi dar complemento ao processo de harmonização de nossa escrituração contábil. O capítulo III da referida Lei, em seu art. 15 estabelece sobre o Regime Tributário de Transição:

Art. 15. Fica instituído o Regime Tributário de Transição - RTT de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei n o 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos arts. 37 e 38 desta Lei.

Iudícibus *et al* (2010, p. 1) entende que “a criação do Regime Tributário de Transição (RTT) foi uma inestimável contribuição no sentido de que se pudesse caminhar rumo à convergência internacional de contabilidade nos balanços individuais sem que os aspectos tributários fossem descumpridos.

Em 2 de Dezembro de 2011, o CPC emitiu o Pronunciamento Conceitual Básico (R1)- Estrutura Conceitual Para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que foi aprovado pela Deliberação nº.675/11- Aprovação do Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis tornando obrigatório o uso deste pronunciamento por parte das Companhias Abertas e pela Resolução nº.1.374/11 dando nova Redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro do CFC, que em sua redação no art.2º revoga a Resolução 1.121/08 NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA- Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis.

O Pronunciamento Conceitual Básico (R1), não define normas ou procedimentos no que diz respeito aos aspectos de mensuração e divulgação. As normas, interpretações ou comunicados técnicos prevalecem sobre esta estrutura, como consta em objetivo 2:

OB2. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral (\*) é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.

(\*) Ao longo de toda a Estrutura Conceitual, os termos *relatório contábil-financeiro* e elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro referem-se a *informações contábil-financeiras com propósito geral*, a menos que haja indicação específica em contrário.

Padoveze, Benedicto e Leite (2011, p. 6) apontam que “as informações contábeis devem possuir alto nível de compreensibilidade para facilitar sua análise e interpretação por parte dos usuários que a utilizam, a qual está relacionada à sua natureza”.

A entidade que segue as normas contábeis vigentes e que por sua vez são reconhecidas internacionalmente elabora uma demonstração contábil de qualidade e com transparência.

### 2.3 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA PARA PMES

Para que as Pequenas e Médias empresas também fizessem parte do processo de harmonização das normas internacionais de contabilidade, o IASB em julho de 2009 emitiu o IFRS para as PMEs.

Segundo Braunbeck *apud* Silva, (2011), o IASB desde que fora criado, pensou em um modelo de normas internacionais para as empresas de pequeno porte, mas tinha o desafio de emitir estas normas em uma linguagem de fácil entendimento e com um custo pequeno.

A IFRS para PMEs é mais simplificada que a IFRS completa. Por fim depois de ocorrer uma audiência pública em novembro de 2009, o CFC emitiu a Resolução 1.255/09 aprovando a NBC TG 1000- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Cabe salientar que a NBC TG 1000, quando foi aprovada através desta Resolução, ficou conhecida como NBC T 19.41, mas depois em 2011, a Resolução 1.329/11 alterou a sigla e a numeração não somente desta norma, mas também de outras.

Silva (2011, p.178) acredita que “as principais mudanças promovidas pela contabilidade internacional são conceitos, promovidas na forma de pensar a contabilidade, onde todas as empresas podem e devem aproveitar os padrões internacionais para aperfeiçoar e promover suas decisões estratégicas de forma mais eficiente”.

Para Iudícibus *et al.* (2010), a adoção dos Pronunciamentos Técnicos, inclusive o específico de Pequenas e Médias Empresas, não sobram empresas que não tenham que aplicar as normas contábeis emitidas pela IASB e aqui replicadas pelo CPC.

### 2.4 DEFINIÇÃO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA

De início é importante destacar que de acordo com a Lei Complementar nº. 123/06, o enquadramento de pequenas e médias empresas configura-se da seguinte maneira:

**Art. 3º** - Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

O Pronunciamento Técnico PME, define que Pequenas e Médias Empresas são aquelas que não obrigam a prestação de contas pública, mas elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.

Iudícibus *et al.* (2010, p. 25) dispõe que o conceito de Pequenas e Médias empresas é:

Pequenas e médias empresas, conforme conceito adotado pelo IASB e pelo CPC (consequentemente também pelo CFC) são empresas que não tem obrigação pública da prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis, além de para fins internos de gestão, para usuários externos, mas para finalidades gerais, como é o caso de sócios que não são envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

No Brasil as Micro e Pequenas empresas representam 99% do total de empresas de nosso país, sendo que através delas são gerados 52% dos saldos de empregos formais. (SEBRAE, 2012)

#### **2.4.1 Regulamentação da Escrituração Contábil**

Segundo Silva (2011), a escrituração contábil se tornou obrigatória com a Lei 556, de 25 de junho de 1850, que em seu art. 10 estabeleceu que todos os comerciantes deveriam

seguir uma ordem uniforme de Contabilidade e Escrituração. Mais tarde esta Lei foi revogada pela Lei 10.406/02, que institui o Código Civil, que em seu capítulo IV, art. 1.179 estabelece:

Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Entretanto em seu §2, estabelece a dispensa a esse tratamento ao pequeno empresário e ao empresário rural, o que significa que havia um entendimento que até R\$ 36.000,00(trinta e seis mil reais) de faturamento anual, este empresário estaria dispensado de apresentar a Escrituração Contábil Regular, ou seja, poderia apresentar apenas o Livro Caixa.

Por sua vez a Lei Complementar nº. 123/06 em seu artigo 68 esclarece:

Art. 68. Considera-se pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 90 e 1.179 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o empresário individual caracterizado como microempresa na forma desta lei Complementar que aufera receita bruta anual até o limite previsto no § 1º do art. 18-A. (Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 2011).

SILVA (2011) ao referir-se a regulamentação da escrituração contábil, descreve que mesmo com o esclarecimento do da Lei Complementar 123/06, ainda restavam dúvidas sobre o uso das Normas Brasileiras de Contabilidade para as Micro e Pequenas Empresas, publicados pelo Conselho Federal de Contabilidade. Mas com o advento da Lei 12.249/10, publicada no Diário Oficial da União em 14/06/2010 houve a inclusão da alínea “f” no artigo 6º da Lei 9.295/76, que possibilitou o esclarecimento sobre as atribuições do Conselho Federal de Contabilidade.

Art. 6º São atribuições do Conselho Federal de Contabilidade:  
f) regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional. (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

Portanto a sociedade empresária está obrigada a seguir um modelo de escrituração,

mecanizado ou não e a levantar anualmente o balanço patrimonial e também o de resultado econômico.

#### **2.4.2 Objetivos da Escrituração e aplicabilidade nas Pequenas e Médias Empresas**

A contabilidade que serve como ferramenta de controle e também de auxílio para a vida de uma entidade, procura através da elaboração das demonstrações contábeis independentemente do porte das empresas, demonstrar fatos já acontecidos, para que os interessados possam analisar os fatos e tomar decisões.

A NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aponta em sua Seção 2- Conceitos e Princípios Gerais que:

2.2 O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e os fluxos de caixa da entidade, que útil para tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

Silva (2011, p. 184) enumera que “os administradores também estão interessados nas informações contidas nas demonstrações contábeis, embora tenham acesso a informações adicionais que contribuem para o desempenho das suas responsabilidades de planejamento, tomadas de decisões e controle”.

As Micro e Pequenas empresas que são optante pelo Regime do Simples Nacional, poderão escolher pelo modelo de contabilidade simplificada de acordo com a Resolução CGSN Nº 28 de 21/01/2008, que em seu artigo 13-A, esclarece:

“Art. 13-A. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, atendendo-se às disposições previstas no Código Civil e nas Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Nesse sentido, as Micro e Pequenas Empresas, podem optar por efetuar um modelo de contabilidade simplificado, desde que observados os Princípios de Contabilidade e também a

Resolução nº 1.330/2011, que aprovou a ITG 2000- Escrituração Contábil.

## 2.5 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A entidade deverá pelo menos anualmente apresentar suas demonstrações contábeis, visando atender as necessidades dos usuários que utilizam esta informação para avaliar a situação patrimonial da empresa.

Na Seção 3 da NBC TG 1000-Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, é possível visualizar teoricamente como devem ser apresentadas as demonstrações contábeis nas pequenas e médias empresas para que estejam adequadas a norma. As entidades que utilizarem esta norma, devem divulgar nas notas explicativas se as demonstrações estão adequadas conforme à norma.

Para elaborar as demonstrações contábeis a administração deve avaliar se a empresa pretende dar continuidade em suas operações ou pretende a dissolução. No caso de haver incertezas significativas na capacidade da empresa dar continuidade de suas atividades, isto deve ser divulgado.

Cabe salientar que a NBC TG 1000-Contabilidade para Pequena e Média Empresa, dispõe no item 3.9 que:

3.9 Quando a administração, ao fazer sua avaliação, tiver conhecimento de incertezas relevantes relacionadas com eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade de permanecer em continuidade, essas incertezas devem ser divulgadas. Quando as demonstrações contábeis não forem elaboradas no pressuposto da continuidade, esse fato deve ser divulgado, juntamente com as bases com as quais as demonstrações contábeis foram elaboradas e a razão pela qual não se pressupõe a continuidade da entidade.

As Micros e Pequenas Empresas deveram apresentar ao menos uma vez no ano um conjunto completo de demonstrações contábeis e esta deve estar uniforme na apresentação e classificação de itens nas demonstrações contábeis de um período para o outro.

Ao referir-se ao conjunto completo de demonstrações contábeis a NBC TG 1000-Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, dispõe no item 3.17 que:

3.17 O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir todas as seguintes demonstrações:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b) demonstração do resultado do período de divulgação;
- (c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;
- (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;
- (e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação;
- (f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

Quanto a identificação das demonstrações contábeis é necessário que a entidade identifique cada demonstração contábil e notas explicativas devendo também diferencia-las das demais informações apresentadas no mesmo documento.

### 2.5.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial de uma entidade visa evidenciar o patrimônio da mesma, abrangendo suas contas do ativo, passivo e patrimônio líquido. Segundo Greco e Arend (2001, p. 75) o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade”.

O Balanço Patrimonial compreende as contas do ativo, passivo e patrimônio Líquido da entidade.(IUDICÍBUS *et al.*, 2010, p.2)

Marion (2009, p. 56), afirma que “o Balanço Patrimonial é o mais importante relatório gerado pela contabilidade. Através dele pode-se identificar a saúde financeira e econômica da empresa no fim do ano ou em qualquer data prefixada”.

O mesmo afirma que ativo, compreende os recursos controlados por uma entidade e dos quais se esperam benefícios econômicos futuros, já o passivo compreende as exigibilidades e obrigações, enquanto que o patrimônio representa o valor líquido da empresa.

Para Ernest e Young (2010, p. 5), “o benefício econômico futuro embutido em um

ativo é o potencial em contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade”.

Já o passivo está ligado com as obrigações exigíveis da empresa, com os compromissos que serão cobrados por terceiros a partir de seu vencimento.(MARION 2009).

Cabe salientar que de acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1), o passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

Dessa forma , a NBC TG 1000, em seu item 4.2 define os itens básicos que o balanço patrimonial deve apresentar:

O balanço patrimonial deve incluir, no mínimo, as seguintes contas que apresentam valores:

- (a) caixa e equivalentes de caixa;
- (b) contas a receber e outros recebíveis;
- (c) ativos financeiros (exceto os mencionados nos itens (a), (b), (j) e (k));
- (d) estoques;
- (e) ativo imobilizado;
- (f) propriedade para investimento, mensurada pelo valor justo por meio do resultado;
- (g) ativos intangíveis;
- (h) ativos biológicos, mensurados pelo custo menos depreciação acumulada e perdas por desvalorização;
- (i) ativos biológicos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- (j) investimentos em coligadas. No caso do balanço individual ou separado, também os investimentos em controladas;
- (k) investimentos em empreendimentos controlados em conjunto;
- (l) fornecedores e outras contas a pagar;
- (m) passivos financeiros (exceto os mencionados nos itens (l) e (p));
- (n) passivos e ativos relativos a tributos correntes;
- (o) tributos diferidos ativos e passivos (devem sempre ser classificados como não circulantes);
- (p) provisões;
- (q) participação de não controladores, apresentada no grupo do patrimônio líquido mas separadamente do patrimônio líquido atribuído aos proprietários da entidade controladora;
- (r) patrimônio líquido pertencente aos proprietários da entidade controladora.

Cabe a entidade apresentar contas adicionais, cabeçalhos e subtotais no balanço patrimonial, sempre que esta informação seja de aspecto relevante para a análise da situação financeira e patrimonial. A entidade também deverá fazer a separação de de ativo e passivo, de maneira que haja a distinção entre circulante e não circulante.

A entidade deverá classificar um ativo como circulante quando:

- (a) espera realizar o ativo, ou pretender vendê-lo ou consumi-lo durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (b) o ativo for mantido essencialmente com a finalidade de negociação;
- (c) esperar realizar o ativo no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou
- (d) o ativo for caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo seja restrita durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Quadro 2- Modelo de Balanço Patrimonial

| <b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>       |                 |                 |                                    |                 |                 |
|----------------------------------|-----------------|-----------------|------------------------------------|-----------------|-----------------|
| <b>ATIVO</b>                     | <b>31/12/X0</b> | <b>31/12/X1</b> | <b>PASSIVO</b>                     | <b>31/12/X0</b> | <b>31/12/X1</b> |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>          |                 |                 | <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>          |                 |                 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa    |                 |                 | Fornecedores                       |                 |                 |
| Banco cta movimento              |                 |                 | Empréstimos Bancários              |                 |                 |
| Contas a Receber                 |                 |                 | Impostos a Recolher                |                 |                 |
| Estoques                         |                 |                 | Contas a Pagar                     |                 |                 |
| Outros Créditos                  |                 |                 | Provisões trabalhistas             |                 |                 |
| <b>Total do Ativo Circulante</b> |                 |                 | <b>Total do Passivo Circulante</b> |                 |                 |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>      |                 |                 | <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>      |                 |                 |
| Aplicações Financeiras           |                 |                 | Empréstimos Bancários              |                 |                 |
| Duplicatas a receber             |                 |                 | Financiamentos                     |                 |                 |
| Imposto a Restituir              |                 |                 |                                    |                 |                 |
| Investimentos                    |                 |                 |                                    |                 |                 |
| Imobilizado                      |                 |                 | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>          |                 |                 |
| Intangível                       |                 |                 | Capital Social                     |                 |                 |
| (-) Depreciação Acumulada        |                 |                 | Reservas de Capital                |                 |                 |
|                                  |                 |                 | Ajustes de Avaliação Patrimonial   |                 |                 |
|                                  |                 |                 | Reservas de Lucros                 |                 |                 |
|                                  |                 |                 | Lucros Acumulados                  |                 |                 |
|                                  |                 |                 | (-) Prejuízos Acumulados           |                 |                 |
| <b>TOTAL</b>                     |                 |                 | <b>TOTAL</b>                       |                 |                 |

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de acordo com a NBC TG – 1000

## 2.5.2 Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente

As Micro e Pequenas empresas deveram apresentar seu desempenho financeiro através da Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente. Na Demonstração do Resultado do Exercício, serão apresentadas as receitas e despesas reconhecidas no período.

A despeito disso, A Equipe de Professores FEA/USP (2010), afirma que a Demonstração do Resultado do Exercício é um relatório das operações da empresa realizadas durante um período, onde são divulgados o resultado líquido do período, Lucro ou Prejuízo.

Para Hernandez, Begalli (2009) a Demonstração do Resultado do Exercício é um relatório que evidencia as receitas, as despesas operacionais e os custos de maneira sistemática, sempre obedecendo à legislação vigente.

De acordo com a NBC TG 1000, a elaboração desta demonstração deverá apresentar, obedecendo à legislação vigente, no mínimo as seguintes contas, conforme consta em seu item 5.7:

Dentro dessa abordagem de duas demonstrações, a demonstração do resultado do exercício deve apresentar, no mínimo, e obedecendo à legislação vigente, as contas a seguir enunciadas que apresentem valores, com o lucro líquido ou prejuízo como última linha.

- (a) receitas;
- (b) custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;
- (c) lucro bruto;
- (d) despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
- (e) parcela do resultado de investimento em coligadas (ver Seção 14 Investimento em Controlada e em Coligada) e empreendimentos controlados em conjunto (ver Seção 15 Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*)), contabilizada pelo método de equivalência patrimonial;
- (f) resultado antes das receitas e despesas financeiras;
- (g) despesas e receitas financeiras;
- (h) resultado antes dos tributos sobre o lucro;
- (i) despesa com tributos sobre o lucro excluindo o tributo alocado nos itens (k) deste item e (a) e (b) do item 5.7A (ver item 29.27);
- (j) resultado líquido das operações continuadas;
- (k) valor líquido dos seguintes itens:
  - (i) resultado líquido após tributos das operações descontinuadas;
  - (ii) resultado após os tributos decorrente da mensuração ao valor justo menos despesas de venda ou na baixa dos ativos ou do grupo de ativos à disposição para venda que constituem a unidade operacional descontinuada;
- (l) resultado líquido do período. NBC TG 1000 (2010)

De acordo com Silva, (2011, p. 113) “as Micro e pequenas empresas, optantes pelo Simples Nacional, estão dispensadas de apresentar a provisão para Contribuição Social e a

provisão para Imposto de Renda, já que os mesmos estão englobados dentro dos valores do Simples Nacional [...]”.

Quadro 3 – Modelo de Demonstração do Resultado do Exercício

| <b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>                |     |
|--------------------------------------------------------------|-----|
|                                                              | R\$ |
| <b>RECEITA COM VENDAS/SERVIÇOS</b>                           |     |
| Receita Bruta (mercadorias/serviços)                         |     |
| (-) Devoluções                                               |     |
| (-) Impostos                                                 |     |
| <b>= RECEITA LÍQUIDA</b>                                     |     |
| (-) Custo das Mercadorias                                    |     |
| (-) Custo dos Serviços                                       |     |
| <b>= LUCRO BRUTO</b>                                         |     |
| (-) DESPESAS OPERACIONAIS                                    |     |
| Despesas Administrativas                                     |     |
| Despesas de Vendas                                           |     |
| Despesas Gerais                                              |     |
| (+) RECEITAS OPERACIONAIS                                    |     |
| <b>= RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b> |     |
| (+) Receitas Financeiras                                     |     |
| (-) Despesas Financeiras                                     |     |
| <b>= RESULTADO ANTES DO IR E CSSLL</b>                       |     |
| (-) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica                      |     |
| (-) Contribuição Social                                      |     |
| <b>= RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                      |     |

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de acordo com a NBC TG – 1000.

A demonstração do Resultado abrangente se tornou obrigatório com o Pronunciamento Técnico CPC 26- Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Iudícibus *et al.* (2010, p. 477), diz que “os outros Resultados Abrangentes incluem as mutações do patrimônio líquido que não representam receitas e despesas realizadas. Inclui alterações que poderão afetar o resultado do período futuramente ou às vezes permanecerão sem esse trânsito”.

A elaboração do Resultado Abrangente é elaborada a partir da soma do resultado líquido do DRE, com os demais resultados abrangentes, de maneira que estejam de acordo com as orientações dos órgãos que regulam a atividade contábil. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010)

A NBC TG 1000, em seu item 5.6, define que a entidade deverá divulgar os seguintes itens:

A entidade deve divulgar separadamente na demonstração do resultado abrangente os seguintes itens, como alocações para o período:

- (a) resultado do período, atribuível:
  - (i) à participação de acionistas ou sócios não controladores;
  - (ii) aos proprietários da entidade controladora;
- (b) resultado abrangente total do período, atribuível
  - (i) à participação de acionistas ou sócios não controladores;
  - (ii) aos proprietários da entidade controladora.

### **2.5.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

A NBC TG 1000, em sua seção 6, item 6.2 sustenta que a Demonstração do Patrimônio Líquido apresenta o resultado da entidade para um período contábil, os itens de receita e despesas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido [...]

A entidade deverá apresentar as mutações de seu patrimônio conforme o item 6.3 da referida seção.

A entidade deve apresentar a demonstração das mutações do patrimônio líquido contendo:

- (a) o resultado e os outros resultados abrangentes do período, demonstrando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e a participação dos não controladores;
- (b) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos da aplicação retrospectiva ou correção retrospectiva reconhecida de acordo com a Seção 10 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- (c) para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação entre o saldo no início e no final do período, evidenciando separadamente as alterações decorrentes:
  - (i) do resultado do período;
  - (ii) de cada item dos outros resultados abrangentes;
  - (iii) dos valores de investimentos realizados pelos proprietários, e dividendos e outras distribuições para eles, demonstrando separadamente ações ou quotas emitidas, de transações com ações ou quotas em tesouraria, de dividendos e outras distribuições aos proprietários, e de alterações nas participações em controladas que não resultem em perda de controle.

A elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido fornece informações acerca da movimentação ocorrida nas mais diversas contas do Patrimônio Líquido. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010)

Assim torna-se uma informação que juntamente com o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício deixa a demonstração contábil mais completa, pois evidencia de maneira mais detalhada os fatos ocorridos em um determinado fluxo de contas.

#### **2.5.4 Demonstração de Lucro ou Prejuízos Acumulados**

A demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados apresenta o resultado da entidade e as alterações nos lucros ou prejuízos acumulados para o período de divulgação.

Para a Equipe de Professores FEA/USP (2010, p. 179) “as causas e efeitos, dos registros e do saldo, da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, são de grande importância para as pessoas interessadas na empresa”.

Cabe salientar que de acordo com a NBC TG 1000, em sua seção 3-Apresentação das Demonstrações Contábeis, o item 3.18, deixa evidenciado que:

3.18 Se as únicas alterações no patrimônio líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas derivarem do resultado, de distribuição de lucro, de correção de erros de períodos anteriores e de mudanças de políticas contábeis, a entidade pode apresentar uma única demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados no lugar da demonstração do resultado abrangente e da demonstração das mutações do patrimônio líquido. NBC TG 1000 (2010, p. 19)

A demonstração dos Lucros ou prejuízos em uma entidade possibilita a visualização com maior riqueza de informações sobre o destino do lucro do exercício.

#### **2.5.5 Demonstração do Fluxo de Caixa**

A elaboração do Fluxo de Caixa em uma empresa envolve as atividades diárias, mesmo parecendo ser um método simples, seus resultados se tornam abrangentes e de relevância.

A elaboração do Fluxo de Caixa busca evidenciar as movimentações das disponibilidades da entidade referente a um determinado tempo. Iudícibus *et al.* (2010).

Silva (2011, p. 117), considera que “a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) tem

como sentido empresarial demonstrar o ativo líquido em espécie disponibilizado nos bancos e nas aplicações financeiras de curto prazo”.

Ainda nesta mesma linha de considerações, SILVA (2011), aponta que o objetivo da elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa é reconhecer a capacidade da empresa em gerar caixa, apontando os pagamentos e recebimentos que poderão ocorrer em um determinado intervalo de tempo.

Ao referir-se a utilidade do fluxo de caixa, Oliveira, Hernandez e Silva (2011, p. 262) considera que:

A grande utilidade da elaboração do fluxo de caixa é planejar e controlar os ingressos e saídas de recursos financeiros da empresa de uma forma antecipada, através de informações constantes nas projeções de vendas, produção e despesas operacionais. Esse acompanhamento pode ser semanal quinzenal, mensal, bimestral, trimestral, anual, etc..., dependendo das necessidades de cada organização, em particular.

O fluxo de caixa de uma entidade fornece informações a respeito das alterações do caixa e de seus equivalentes. De acordo com a NBC TG 1000 (2009), são considerados equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de curto prazo, que são utilizadas para cumprir obrigações de caixa de curto prazo.

A NBC TG 1000, também estabelece em seu item 7.3 que a entidade deverá apresentar a demonstração do fluxo de caixa em três grupos de atividades, classificando-as em atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento.

As atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita, já as atividades de investimentos são classificados como aquisição ou alienação de ativos de longo prazo, enquanto que as atividades de financiamento são aquelas atividades decorrentes de alterações no patrimônio líquido e empréstimos da entidade. NBC TG 1000 (2009).

Outro aspecto levantado pela NBC TG 1000, é a divulgação dos fluxos de caixa em relação as atividades operacionais da empresa, que em seu item 7.7, aponta que:

7.7 A entidade deve apresentar os fluxos de caixa das atividades operacionais usando:

(a) o método indireto, segundo o qual o resultado é ajustado pelos efeitos das transações que não envolvem caixa, quaisquer diferimentos ou outros ajustes por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros, e

itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento; ou  
(b) o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos de caixa e pagamentos brutos de caixa são divulgadas. NBC TG 1000 (2009)

Oliveira, Hernandez e Silva (2011, p. 262) afirmam que:

[..] independente do porte e da natureza operacional da empresa, seja grande ou pequena, indústria, comércio ou prestadora de serviços, não é possível gerenciá-la sem o acompanhamento do fluxo de caixa, principalmente em virtude da urgência para a tomada de decisões de pagamentos, recebimentos, aplicações, investimentos e assim por diante.

A entidade que mantém um fluxo de caixa projetado é capaz de prever quando irá ter sobras de recursos para fazer investimentos ou ainda prever a necessidade de recursos, independente do porte da empresa a elaboração do fluxo de caixa auxilia no processo de gerenciamento da entidade.

### **2.5.6 Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis**

As Notas Explicativas como parte das Demonstrações Contábeis é parte do esforço de várias entidades para contribuir com a evolução contábil. As Notas Explicativas devem ser o complemento das Demonstrações Contábeis, pois servem para esclarecer os dados apresentados no balanço da entidade. EQUIPE DE PROFESSORES FEA/USP (2010)

As Notas Explicativas fornecem descrições narrativas e detalhes de itens apresentados nessas demonstrações e informações acerca de itens que não se qualificam para o reconhecimento nessas demonstrações. Silva (2011, p. 137).

Para Iudícibus *et al.* (2010), as Notas Explicativas podem estar expressas em forma descritiva ou em quadros analíticos ou ainda englobarem outras demonstrações contábeis.

O CPC 26, em seu item 7- Definições, explica que as Notas Explicativas contêm informação adicional em relação à apresentada nas demonstrações contábeis. As Notas Explicativas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

De acordo com a NBC TG 1000- Contabilidade para PMEs, em seu item 8.2, expõe como devem ser elaboradas e apresentadas as notas explicativas:

As notas explicativas devem:

- (a) apresentar informações acerca das bases de elaboração das demonstrações contábeis e das práticas contábeis específicas utilizadas, de acordo com os itens 8.5 e 8.7;
- (b) divulgar as informações exigidas por esta Norma que não tenham sido apresentadas em outras partes das demonstrações contábeis; e
- (c) prover informações que não tenham sido apresentadas em outras partes das demonstrações contábeis, mas que sejam relevantes para compreendê-las.

Com a elaboração das Notas Explicativas, os usuários das informações podem obter um entendimento mais evidente sobre os principais critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como poder analisar de maneira mais clara os relatórios básicos da demonstração. PADOVEZE (2004)

A entidade deverá apresentar as notas explicativas de forma sistemática, indicando para cada item das demonstrações contábeis a referência respectivamente nas notas explicativas.

O item 8.4 da NBC TG 1000 dispõe a ordem de apresentação das notas explicativas.

A entidade normalmente apresenta as notas explicativas na seguinte ordem:

- (a) declaração de que as demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com esta Norma (ver item 3.3);
- (b) resumo das principais práticas contábeis utilizadas (ver item 8.5);
- (c) informações de auxílio aos itens apresentados nas demonstrações contábeis, na ordem em que cada demonstração é apresentada, e na ordem em que cada conta é apresentada na demonstração; e
- (d) quaisquer outras divulgações.

Nesse mesmo parâmetro a entidade deve divulgar a base de mensuração na elaboração das demonstrações contábeis e também outras práticas que tenham sido utilizadas que julguem que são relevantes para que as demonstrações contábeis possam ser compreendidas.

Percebe-se que na opinião dos autores acima citados, as notas explicativas como parte das demonstrações contábeis das Pequenas e Médias Empresas, tem um papel fundamental, pois, elas são complementos das demonstrações contábeis praticadas pela entidade e visam um melhor entendimento, capaz de auxiliar no processo de tomada de decisão.

## 2.6 ITG 1000- MODELO CONTÁBIL PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Em 05 de dezembro de 2012, o CFC através da Resolução 1.418/12 aprovou a ITG 1000- Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Esta Resolução estabelece critérios e procedimentos simplificados para as entidades que contemplam a NBC TG 1000- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A referida Resolução contempla às entidades definidas como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. De acordo com a ITG 1000- Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (2012), “entende-se como “Microempresa e Empresa de Pequeno Porte” o empresário, o empresário individual, o empresário individual de responsabilidade limitada, a sociedade limitada e a sociedade simples ou empresária que obteve faturamento, no ano anterior, igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais)”.

### 2.6.1 Escrituração

No que tange a escrituração a ITG-1000- Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, em seu item 8, diz que a Escrituração Contábil deve ser realizada com observância aos Princípios de Contabilidade de acordo com a resolução CFC nº 750/93 que dispõe sobre os Princípios de Contabilidade.

O artigo 9º da Resolução CFC nº 750/93, estabelece que “o Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento”. O item 9 da norma reforça que as receitas e despesas e os custos dos período devem ser escriturados de acordo com o regime de competência.

### 2.6.2 Critérios e Procedimentos Contábeis

#### 2.6.2.1 Custo dos Estoques

Para o custo dos estoques devem constar todos os custos de aquisição, transformação e outros que necessários para trazer os estoques ao seu local e condição de consumo ou venda. Já para calcular o custo, sempre que possível deve ser calculado o custo considerando os custos individuais de cada um dos itens, de acordo com o item 16 da ITG-1000- Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, não havendo condições para proceder de tal maneira o cálculo deverá ser calculado:

“por meio do uso do método “Primeiro que Entra, Primeiro que Sai” (PEPS) ou o método do custo médio ponderado. A escolha entre o PEPS e o custo médio ponderado é uma política contábil definida pela entidade e, portanto, esta deve ser aplicada consistentemente entre os períodos”.

E ainda sobre os estoques o item 17 da resolução CFC nº 1.418/12 estabelece que:

Os estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Para estoques de produtos acabados, o valor realizável líquido corresponde ao valor estimado do preço de venda no curso normal dos negócios menos as despesas necessárias estimadas para a realização da venda. Para estoques de produtos em elaboração, o valor realizável líquido corresponde ao valor estimado do preço de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados para o término de sua produção e as despesas necessárias estimadas para a realização da venda.

#### 2.6.2.2 Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado da entidade deverá ser mensurado pelo seu custo. O custo do ativo imobilizado compreende o seu preço de aquisição, abrangendo os imposto de importação e tributos não recuperáveis e também quaisquer outros gastos incorridos para deixá-lo em condição de utilização, descontos ou abatimentos sobre o valor de aquisição deveram ser deduzidos do custo de aquisição.

É recomendado a utilização do método linear para o cálculo de depreciação do item do ativo imobilizado. A propósito o item 20 e 21 da resolução CFC nº 1.418/12 evidencia que:

Se um item do ativo imobilizado apresentar evidências de desvalorização, passando a ser improvável que gerará benefícios econômicos futuros ao longo de sua vida útil, o seu valor contábil deve ser reduzido ao valor recuperável, mediante o reconhecimento de perda por desvalorização ou por não recuperabilidade (*impairment*).

São exemplos de indicadores da redução do valor recuperável, que requerem o reconhecimento de perda por desvalorização ou por não recuperabilidade:

- (a) declínio significativo no valor de mercado;
- (b) obsolescência;
- (c) quebra.

Ainda nesta mesma linha de considerações, diz que terreno geralmente possui vida útil indefinida e não deve ser depreciado, ao contrário de uma edificação que possui vida útil definida.

### **2.6.3 Demonstrações Contábeis**

A entidade deverá elaborar o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas a cada exercício social.

Conforme o item 28 da Resolução CFC 1.418/12, as Demonstrações Contábeis devem ser identificadas, no mínimo, com as seguintes informações:

- a denominação da entidade;
- a data do encerramento do período de divulgação e o período coberto; e
- a apresentação dos valores do período encerrado na primeira coluna e na segunda, dos valores anteriores.

Dentre as mudanças que a ITG 1000 introduziu destaca-se as Notas Explicativas, o que antes não era obrigatório, mas apenas recomendado.

As notas explicativas deveram incluir conforme o item 39:

- (a) declaração explícita e não reservada de conformidade com esta Interpretação;
- (b) descrição resumida das operações da entidade e suas principais atividades;
- (c) referência às principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis;
- (d) descrição resumida das políticas contábeis significativas utilizadas pela entidade;
- (e) descrição resumida de contingências passivas, quando houver; e
- (f) qualquer outra informação relevante para a adequada compreensão das demonstrações contábeis.

A utilização das notas explicativas, em tese, auxilia os usuários na interpretação dos relatórios financeiros e também a interpretação quanto aos métodos utilizados.

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA**

#### **3.1.1 Classificação Quanto aos Objetivos**

Quanto à abordagem dos objetivos, este estudo classifica-se como pesquisa descritiva.

Andrade (2002) *apud* Raupp e Beuren (2012) “destaca que a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classifica-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”.

Gil (2010) argumenta que a pesquisa é considerada descritiva, pois tem como objetivo principal descrever as características de uma determinada população ou fenômeno ou ainda estabelecer relações entre variáveis.

Cabe salientar que Diehl e Tatim (2004, p. 54) afirmam que pesquisa descritiva:

Tem por objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados como pesquisa descritiva, e uma de suas características mais significativas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação sistemática.

Outro aspecto levantado por Diehl e Tatim (2004), é que os estudos que se classificam de forma descritiva, dão enfoque na compreensão e na interpretação, obedecendo aos significados dos próprios sujeitos e também da literatura.

### 3.1.2 Classificação Quanto aos Procedimentos

Quanto ao procedimento, o trabalho será levantamento e pesquisa bibliográfica. Para Oliveira (2002, p. 119) “a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer diferentes formas de contribuição científica que se realizam sobre determinado assunto ou fenômeno”.

Da mesma maneira Diehl e Tatim (2004, p.58) afirmam que pesquisa bibliográfica:

É desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir das fontes bibliográficas. As principais fontes bibliográficas são livros de leitura corrente, livros de referência (dicionários, enciclopédias, anuários, almanaques), publicações periódicas e impressos diversos.

Igualmente Koche (2007 p. 122) afirma que a pesquisa bibliográfica:

É a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou em obras congêneres. Na pesquisa bibliográfica o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação.

A pesquisa bibliográfica pode ser utilizada para ampliar o grau de conhecimentos em determinada área, bem como para preponderar o conhecimento disponível. Esta pesquisa é bibliográfica porque o levantamento bibliográfico se deu através da consulta de livros, leis, resoluções e normas contábeis.

Segundo Gil (1999, p. 70) *apud* Raupp e Beuren (2012), as pesquisas de levantamento:

“se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados”.

De acordo com Raupp e Beuren (2012, p. 86) o estudo de levantamento é utilizado, geralmente, quando a população é numerosa e, por conseguinte, há impossibilidade de estudar detalhadamente cada objeto ou fenômeno em específico.

### 3.1.3 Classificação Quanto a Abordagem do Problema

Richardson (1999, p. 80) *apud* Raupp e Beuren (2012) afirma que a abordagem quantitativa “caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde a mais simples como percentual, média, desvio padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.”.

### 3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para coleta e análise dos dados, primeiramente foi o acesso ao artigo de Rower, Bordignon e Kugrer (2012). Deste artigo foi adaptado o questionário para aplicar com os profissionais participantes da pesquisa.

A população foi identificada através da pesquisa junto a Delegacia do CRC/RS de Soledade, que depois de pedido formal disponibilizou as lista com as organizações que esta delegacia atende.

Com o questionário concluído foi enviado através de email para todas as organizações da lista. Depois de enviados todos os questionários foram realizados contato telefônico com os profissionais responsáveis por estas organizações para que fossem estimulados a participar da presente pesquisa. Ainda em uma terceira etapa, alguns questionários forem entregues nas organizações.

Das 41 organizações atendidas pela Delegacia do CRC/RS de Soledade, 13 organizações devolveram o questionário da pesquisa, o que corresponde a 32% de profissionais participantes.

### 3.3 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Deve-se considerar quem respondeu as questões do questionário deste estudo bem como quem a leu, pois pode não ter interpretado de maneira correta a questão.

#### 4- ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para atingir o objetivo solicitou-se junto a Delegacia do CRC/RS de Soledade, a listagem dos Escritórios atendidos por esta Delegacia.

A Delegacia do CRC/RS de Soledade atende as cidades de Barros Cassal, Fontoura Xavier, Ibirapuitã, São José do Herval, Soledade e Tunas.

No Quadro 4, segue o número de organizações contábeis por cidade de acordo com a listagem da Delegacia do CRC/RS de Soledade.

Quadro 4- Organizações Contábeis atendidas pela Delegacia do CRC/RS de Soledade/RS

| Cidade                       | Número de Organizações Contábeis |
|------------------------------|----------------------------------|
| Barros Cassal                | 05                               |
| Fontoura Xavier              | 06                               |
| Ibirapuitã                   | 02                               |
| São José do Herval           | 03                               |
| Soledade                     | 24                               |
| Tunas                        | 01                               |
| <b>Total de organizações</b> | <b>41</b>                        |

Fonte: Elaborado pela autora a partir da lista da Delegacia do CRC/RS de Soledade/RS.

Com esta listagem foi enviado um questionário através de *email* para todos os profissionais que constavam na lista, no entanto alguns foram entregues em mãos. Após o envio dos questionários os responsáveis das organizações foram contatados por telefone, para que participassem da presente pesquisa.

O presente questionário é composto por 25 questões. A aplicação do questionário ocorreu do dia 11 de novembro de 2013 até o dia de seu recolhimento que ocorreu em 22 de novembro de 2013.

As questões eram de respostas fechadas, o método utilizado foi a escala tipo Likert,

onde as perguntas apresentavam várias possibilidades de respostas, abrangendo desta forma o assunto.

De acordo com Martins (2009, p. 96) a escala tipo Likert “consiste em um conjunto de itens apresentados em forma de afirmações, ante os quais se pede ao sujeito que externar sua reação”.

Com os dados recebidos, foi realizada a análise, as respostas foram tratadas de forma quantitativa, utilizando tabelas. Foram obtidas treze respostas para análise.

#### 4- 1 BLOCO 1 IDENTIFICAÇÃO DO/A RESPONDENTE

No Bloco 1- Identificação do Respondente do questionário, o objetivo era conhecer a amostra analisada, então a primeira abordagem da pesquisa tinha por objetivo demonstrar a formação profissional dos respondentes, conforme demonstrado na tabela 1 abaixo.

Tabela 1- Formação dos Profissionais:

| <b>Formação</b>          | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa%</b> |
|--------------------------|-------------------|-----------------------------|
| Técnico em Contabilidade | 7                 | 54                          |
| Contador                 | 6                 | 46                          |
| Outro                    | -                 | -                           |
| <b>Total</b>             | <b>13</b>         | <b>100</b>                  |

Fonte: Elaborado pela autora

Dos respondentes percebe-se que 54% possuem formação de Técnico em Contabilidade e 46% possuem formação como Contador.

Na segunda questão do questionário buscou evidenciar se estes profissionais possuem titulação, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2- Titulação e área de conhecimento:

| <b>Titulação e área de conhecimento</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|-----------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Graduado                                | 4                 | 66                           |
| Especialista em Contabilidade           | 1                 | 17                           |
| Especialista em áreas afins             | 1                 | 17                           |
| Mestre                                  | -                 | -                            |
| Doutor                                  | -                 | -                            |
| <b>Total</b>                            | <b>6</b>          | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Dos 46% dos profissionais que possuem formação como Contador, o que equivale a 6 participantes, 66% deles possuem graduação, outros 17% possuem especialização em contabilidade.

Na opção de especialista em áreas afins a questão possibilitava ao respondente identificar qual sua área de especialização, o respondente desta questão afirma possuir Pós-Graduação em Economia.

Na tabela 3, buscou caracterizar qual o tempo de atuação dos profissionais na área contábil, conforme apresentado abaixo.

Tabela 3- Tempo de atuação na área contábil:

| <b>Tempo de atuação na área contábil</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Menos de 03 anos                         | 1                 | 9                            |
| Até 03 anos                              | -                 | -                            |
| De 05 a 10 anos                          | 2                 | 15                           |
| De 11 a 15 anos                          | 5                 | 38                           |
| Mais de 15 anos                          | 5                 | 38                           |
| <b>Total</b>                             | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Dos profissionais observa-se que 9% atuam na área contábil há menos de 03 anos. Enquanto 15% destes atuam como profissional entre 05 e 10 anos, 38% entre 11 e 15 anos e 38% atuam no mercado contábil há mais de 15 anos.

Destaca-se que a maioria dos profissionais está atuando no mercado contábil entre 05 anos e 15 anos. Cabe salientar também que 76% destes profissionais estão no mercado há mais de 11 anos. Relacionando com a questão 2 deste Bloco, percebe-se que dos profissionais que participaram da pesquisa poucos buscaram especialização, pois a maioria destes profissionais atuam no mercado há mais de 5 anos e quem é formado como Técnico em Contabilidade, não procurou obter o grau de Bacharel e os profissionais que possuem formação como Bacharéis em Ciências Contábeis, não procuraram obter especialização em áreas afins ou Pós-graduação. Também observa-se que da população que participou da pesquisa não há Mestre e também Doutor em Contabilidade.

A presente pesquisa também buscou indicar quais os meios que estes profissionais utilizam para manter-se atualizados, os resultados estão apresentados na tabela 4.

Tabela 4- Meios que os Profissionais utilizam para atualização:

| <b>Meios que utiliza para manter-se atualizado</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|----------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Cursos Online                                      | 3                 | 23                           |
| Cursos Presenciais                                 | 5                 | 38                           |
| Jornais, Revistas, Internet                        | 4                 | 31                           |
| Outros                                             | 1                 | 8                            |
| <b>Total</b>                                       | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Dos respondentes 23% diz que utiliza cursos online, enquanto 38% afirma que utiliza jornais e revistas para manter-se atualizado, 31% destes também declaram que utilizam cursos presenciais. No entanto 8% manifesta que utiliza consultoria de empresas especializadas para estar atualizado.

Nota-se que 54% das organizações contábeis utilizam jornais e revistas e cursos online para estarem atualizadas com as novas normas. No entanto apenas 38% delas afirmam participarem de cursos presenciais e apenas 8% delas, o que equivale a 1 organização afirma utilizar consultoria especializada.

Na questão nº 5 do Bloco 1, procurou-se destacar quantas empresas em média estas organizações contábeis atendem, estes dados estão apresentados na tabela 5.

Tabela 5- Quantas empresas a organização contábil atende:

| <b>Quantas empresas a organização contábil atende</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|-------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| De 01 até 50 clientes                                 | 7                 | 54                           |
| De 51 a 100 clientes                                  | 3                 | 23                           |
| De 101 a 200 clientes                                 | 3                 | 23                           |
| Mais de 200 clientes                                  | -                 |                              |
| <b>Total</b>                                          | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Das organizações contábeis que participaram da pesquisa, destaca-se que 54% atendem até 50 clientes, 23% atendem de 51 a 100 clientes e 23% atendem de 101 a 200 clientes.

Conforme a tabela 5 evidencia-se que das organizações contábeis participantes da pesquisa, 54% atende em média até 50 clientes e 46% delas atendem até 200 clientes.

As organizações contábeis participantes da pesquisa também indicaram das empresas que elas atendem, qual era seu enquadramento quanto ao porte, de acordo com a tabela 6.

Tabela 6- Enquadramento das Empresas quanto ao porte:

| <b>Enquadramento quanto ao porte</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|--------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Empresa de Pequeno Porte             | 61                | 19                           |
| Microempresa                         | 243               | 76                           |
| Outras formações societárias         | 17                | 5                            |
| <b>Total</b>                         | <b>321</b>        | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

As organizações que participaram da pesquisa afirmam que atendem 321 empresas, sendo que 19% das empresas são enquadradas como Empresas de Pequeno Porte, 76% são Microempresas e apenas 5% da amostra são empresas de outras formações societárias. Da amostra analisada é relevante salientar que 95% das empresas estão enquadradas como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, mas o número de Microempresas atendidas por estas organizações é expressivo, considerando a amostra analisada.

Nota-se que devido a representatividade das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte atendidas por estas organizações, o emprego da ITG-1000 na elaboração de suas Demonstrações Contábeis é necessária como parte da condição de adequação das demonstrações contábeis a exigência legal.

Ainda neste Bloco 1, foi investigado qual o enquadramento tributário destas empresas atendidas pelas organizações participantes da pesquisa. O resultado está demonstrado na tabela 7.

Tabela 7- Regime de Tributação:

| <b>Regime de Tributação</b>      | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Tributadas pelo Lucro Real       | 14                | 4                            |
| Tributadas pelo Lucro Presumido  | 60                | 19                           |
| Tributadas pelo Simples Nacional | 247               | 77                           |
| <b>Total</b>                     | <b>321</b>        | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Fica destacado que 4% das empresas atendidas por estas organizações são tributadas pelo Lucro Real, 19% delas estão tributadas pelo Lucro Presumido e 77% estão sendo tributadas pelo Simples Nacional.

Considerando a amostra analisada comprova-se que 77% das empresas atendidas por estas organizações estão enquadradas pelo regime de tributação do Simples Nacional, considerando também o porte conforme demonstrado na tabela 6 e 23% destas empresas estão enquadradas pelo regime de tributação do Lucro Real e Lucro Presumido.

#### 4.2 BLOCO 2 SOBRE CONTABILIDADE

O Bloco 2- Sobre Contabilidade, buscou evidenciar a percepção dos profissionais quanto a utilização dos relatórios gerados pela contabilidade por parte de seus clientes.

A questão 8 indagou se: Os clientes de seu escritório utilizam a Contabilidade como instrumento auxiliar no processo de tomada de decisão, já que as demonstrações contábeis fornecem informações sobre os vários aspectos da gestão financeira e econômica das empresas. Os resultados obtidos estão na tabela 8. .

Tabela 8- Utilização da Contabilidade no processo de tomada de decisão:

| <b>Utilização da Contabilidade no processo de tomada de decisão</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|---------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Concordo totalmente                                                 | 1                 | 8                            |
| Concordo                                                            | 8                 | 61                           |
| Nem concordo nem discordo                                           | 3                 | 23                           |
| Discordo                                                            | 1                 | 8                            |
| Discordo totalmente                                                 | -                 |                              |
| <b>Total</b>                                                        | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com a tabela 8, nota-se que 8% afirmam concordar totalmente com a utilização dos dados fornecidos pela contabilidade no processo de tomada de decisão, enquanto que 61% afirmam concordar com a utilização dos relatórios no processo de tomada de decisão, 23% dos participantes nem concorda nem discorda e 8% discordam com afirmação de que a contabilidade é utilizada no processo de tomada de decisão.

Caracteriza-se que 69% das organizações afirmam que seus clientes utilizam os relatórios gerados pela contabilidade em seus processos de tomada de decisão.

Observa-se adicionalmente que há um profissional que posiciona-se discordando com a afirmação o que pode-se entender como relevante face ao fato do objetivo declarado por entidades profissionais, literatura e normas vigentes ser o de a Contabilidade ser útil ao processo de tomada de decisão como sustentam o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2013), Iudícibus et al (2010) e Equipe de Professores FEA/UPS (2010).

Ainda neste mesmo Bloco, a questão 9 afirmou que: O Balanço Patrimonial visa evidenciar o patrimônio da empresa, assim como a Demonstração do Resultado demonstra de forma simplificada o resultado da empresa em um determinado período. As Notas Explicativas servem para esclarecer de forma narrativa os dados apresentados no Balanço

Patrimonial da empresa. Devido a isso nota-se a importância da utilização desses dados gerados pela Contabilidade por parte dos gestores das empresas.

Com isto o objetivo foi identificar a opinião dos profissionais quanto a utilização dos dados gerados pela contabilidade por parte dos gestores. Os resultados estão na tabela 9.

Tabela 9- Importância quanto à utilização dos dados gerados pela contabilidade:

| <b>Importância quanto à utilização dos dados gerados pela contabilidade</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Concordo totalmente                                                         | 4                 | 31                           |
| Concordo                                                                    | 9                 | 69                           |
| Nem concordo nem discordo                                                   | -                 | -                            |
| Discordo                                                                    | -                 | -                            |
| Discordo totalmente                                                         | -                 | -                            |
| <b>Total</b>                                                                | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com os dados da tabela acima, 31% dos participantes afirmam que é essencial à utilização dos dados gerados pela contabilidade, no entanto observa-se que 69% apenas concordam que é importante a utilização dos dados gerados pela contabilidade por parte dos gestores das empresas.

Para Silva (2011) as informações geradas pela contabilidade servem como importante ferramenta a ser utilizada pelos administradores das empresas seja no processo de tomada de decisão quanto para análise sobre a posição financeira e de seu desempenho.

Para concluir este Bloco os participantes responderam a questão 10: A organização contábil elabora o conjunto completo das Demonstrações Contábeis conforme indicado pela ITG-1000. A tabela a seguir indica as respostas obtidas.

Tabela 10- Elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com a ITG-1000:

| <b>Elaboração do conjunto completo das Demonstrações Contábeis conforme indicado pela ITG-100</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Sim                                                                                               | 11                | 85                           |
| Não                                                                                               | 2                 | 15                           |
| <b>Total</b>                                                                                      | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Das respostas obtidas, 85% diz estar elaborando o conjunto completo de Demonstrações conforme indicado pela ITG-1000 e 15 % afirmam não elaborar o conjunto completo das Demonstrações.

### 4.3 BLOCO 3 SOBRE A ITG-1000 MODELO CONTÁBIL PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

No Bloco 3, foram elaboradas questões específicas sobre a ITG-1000. A primeira questão deste bloco buscou demonstrar a opinião dos participantes quanto à importância da utilização da ITG-1000, no momento da elaboração das Demonstrações Contábeis.

Na questão 11 foram abordados os profissionais se: A utilização da ITG-1000, no momento da elaboração das Demonstrações Contábeis, torna os relatórios mais ricos de informações, auxiliando assim os gestores da entidade no processo de tomada de decisão. As repostas estão apresentadas na tabela 11.

Tabela 11- Utilização da ITG-1000 na elaboração das Demonstrações Contábeis:

| <b>Utilização da ITG-1000 na elaboração das Demonstrações Contábeis</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|-------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Concordo Totalmente                                                     | 4                 | 31                           |
| Concordo                                                                | 8                 | 61                           |
| Nem concordo nem discordo                                               | 1                 | 8                            |
| Discordo                                                                | -                 |                              |
| Discordo Totalmente                                                     | -                 |                              |
| Total                                                                   | 13                | 100                          |

De acordo com a tabela acima, 31 % afirmam concordar totalmente com a afirmação da questão e 61% apenas concordam e 8% não concordam e nem discordam com a afirmação.

Dos participantes da pesquisa, um deles afirma ser indiferente em relação à afirmação de que a utilização da ITG-1000 na elaboração das Demonstrações Contábeis torna os relatórios mais ricos de informações.

Para Padoveze, Benedicto e Leite (2011) a entidade que elabora suas demonstrações de acordo com as normas vigentes consegue uma Demonstração Contábil de qualidade e possibilita um nível de compreensibilidade de seus dados por parte de quem os utiliza.

Na questão 12 os respondentes foram questionados se: A escrituração das Demonstrações Contábeis é realizada de acordo com o regime de competência? Os resultados da pesquisa estão demonstrados na tabela 12.

Tabela 12- Escrituração de acordo com o Regime de competência:

| <b>Escrituração de acordo com o Regime de Competência</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|-----------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Sim                                                       | 12                | 92                           |
| Não                                                       | 1                 | 8                            |
| Total                                                     | 13                | 100                          |

Fonte: Elaborado pela autora

Quando questionados se seguem a indicação do item 9 da ITG-1000, seção da Escrituração, onde indica que as receitas e despesas e os custos do período deveram ser escriturados de acordo com o regime de competência, 92% dizem elaborar a escrituração de acordo com o regime de competência e 8% afirmam que não elaboram a escrituração de acordo com o regime de competência.

Além disso, na questão seguinte as organizações contábeis participantes, foram questionadas quanto aos critérios e procedimentos contábeis adotados. A primeira abordagem foi em relação à contabilização de possíveis perdas que podem ocorrer nos estoques.

A questão 13 questiona: As perdas eventuais que ocorrem com os estoques devem ser mensuradas pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O resultado obtido com a questão está apresentado na tabela 13.

Tabela 13- Contabilização das perdas com Estoque:

| <b>Contabilização das perdas com Estoque</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|----------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Concordo totalmente                          | 2                 | 15                           |
| Concordo                                     | 5                 | 38                           |
| Nem concordo em discordo                     | 2                 | 15                           |
| Discordo                                     | 4                 | 32                           |
| Discordo totalmente                          | -                 |                              |
| <b>Total</b>                                 | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com as respostas, 15% concordam totalmente com a maneira de contabilizar perdas no estoque, 38% apenas concordam. Dos participantes da pesquisa 15% não concordam e nem discordam com a afirmação e 32% discordam com a maneira que as eventuais perdas com estoque devam ser contabilizadas.

Das organizações 53% concordam que as perdas com estoque devam ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Observa-se que dois participantes são indiferentes quanto ao procedimento adotado para contabilizar perdas com estoque e quatro participantes discordam com a maneira que tais perdas são contabilizadas.

A ITG-1000 exige em seu item 17 que os estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, como demonstrado no resultado da pesquisa, apenas sete organizações concordam com o que está enunciado nesta norma.

O procedimento quanto à contabilização dos bens do ativo imobilizado também foi questionado. Na questão 14 consta a seguinte afirmação: A contabilização de aquisição de um ativo imobilizado ocorre levando em consideração o preço de aquisição, bem como os

impostos, descontos e abatimentos e também todos os gastos incorridos para deixá-lo em condições de operação. Os resultados obtidos com esta afirmação estão demonstrados na tabela 14.

Tabela 14- Contabilização da Aquisição de Ativo Imobilizado:

| <b>Contabilização da Aquisição de Ativo Imobilizado</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|---------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Concordo totalmente                                     | 5                 | 38                           |
| Concordo                                                | 5                 | 38                           |
| Nem concordo nem discordo                               | 1                 | 8                            |
| Discordo                                                | 2                 | 16                           |
| Discordo totalmente                                     | -                 |                              |
| <b>Total</b>                                            | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme os apresentados na tabela acima, 38% concordam totalmente, outros 38% apenas concordam, 8% não concorda nem discorda e 16% afirmam discordar.

Dos respondentes 76% deles afirmam que a contabilização da aquisição de bens do ativo imobilizado é realizada de acordo com a ITG-1000, enquanto que 16% afirmam não realizar a contabilização levando em consideração tais gastos.

Nota-se que duas organizações não efetuam a contabilização de bens do ativo imobilizado de acordo com o item 18 da ITG-1000, pois a contabilização do custo de um bem do ativo imobilizado deve ser inicialmente feita levando em consideração seu preço de aquisição, impostos, descontos e gastos realizados diretamente para que tal bem fique em condições de uso.

Ainda tratando da contabilização dos bens do ativo imobilizado a questão 15 procurou saber: A organização contábil realiza o cálculo de depreciação no ativo imobilizado e lança isto no resultado do período. O resultado está evidenciado na tabela 15, que segue abaixo.

Tabela 15- Cálculo de depreciação do ativo imobilizado.

| <b>Cálculo de depreciação do ativo imobilizado</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|----------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Sim                                                | 8                 | 62                           |
| Não                                                | 5                 | 38                           |
| <b>Total</b>                                       | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Identificou-se com as organizações participantes da pesquisa que 62% delas realizam o cálculo de depreciação do ativo imobilizado e lançam no resultado do período o valor apurado, no entanto 38% das organizações não realizam o cálculo.

Observa-se que cinco profissionais afirmam não aplicar o cálculo de depreciação, de acordo com a ITG-1000 em seu item 19, deverá ser realizado o cálculo de depreciação dos bens do ativo imobilizado e este valor também deverá ser considerado no cálculo do resultado do período da entidade.

Para concluir os questionamentos sobre o ativo imobilizado, a questão 16 indagou: Em algumas entidades um bem do ativo imobilizado pode apresentar no decorrer de sua vida útil desvalorização, tornando-se improvável que irá gerar benefícios econômicos para a empresa, quando isso ocorre seu valor contábil é reduzido ao valor recuperável, através do reconhecimento de perda por desvalorização ou por não recuperabilidade. Os resultados estão apresentados na tabela 16.

Tabela 16- Desvalorização do ativo imobilizado:

| <b>Desvalorização do ativo imobilizado</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|--------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Concordo totalmente                        | 4                 | 31                           |
| Concordo                                   | 8                 | 61                           |
| Nem concordo nem discordo                  | 1                 | 8                            |
| Discordo                                   | -                 |                              |
| Discordo totalmente                        | -                 |                              |
| <b>Total</b>                               | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Os dados da tabela acima evidenciam que 31% dos participantes concordam totalmente com a maneira de contabilização de desvalorização dos bens do ativo imobilizado, 61% somente concorda com a afirmação e 8% nem concorda nem discorda.

Dos respondentes 92% afirmam concordar com o procedimento adotado em caso de desvalorização de algum bem do ativo imobilizado e um profissional demonstra ser indiferente com a afirmação.

Se algum bem do ativo imobilizado apresentar sinais de que não irá gerar benefícios econômicos futuros para entidade, seu valor deverá ser reduzido ao valor recuperável, através da aplicação de *impairment test*, conforme evidenciado no item 20 desta norma.

Buscou-se investigar também quanto à contabilização de incertezas de recebimentos de clientes, conforme questão 17: Para as empresas sempre há o risco no momento de suas vendas, quanto à incerteza do não recebimento total de suas receitas, quando isso é identificado, é contabilizado em suas Demonstrações contábeis uma conta retificadora “perda

estimada com créditos de liquidação duvidosa” reconhecida sempre no resultado do período. A tabela 17 evidencia o resultado obtido.

Tabela 17- Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa:

| <b>Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|-----------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Concordo totalmente                                       | 4                 | 31                           |
| Concordo                                                  | 6                 | 46                           |
| Nem concordo nem discordo                                 | 2                 | 15                           |
| Discordo                                                  | 1                 | 8                            |
| Discordo totalmente                                       | -                 |                              |
| <b>Total</b>                                              | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Dos resultados obtidos, 31 % dos participantes concordam totalmente, 46% apenas concordam, 15% nem concordam e nem discordam e 8% discordam da afirmativa.

Constata-se que 77% dos profissionais concordam com a utilização da conta retificadora quando for identificada incerteza no recebimento do valor de clientes a receber. Contudo dois profissionais demonstram ser indiferentes com esta questão e um profissional discorda na utilização da conta retificadora.

De acordo com a ITG-1000, sempre que houver incerteza do recebimento do valor a receber de clientes deverá ser efetuada uma estimativa de perdas e esta deverá ser reconhecida no resultado do período, utilizando a conta retificadora “perda estimada com créditos de liquidação duvidosa”.

O próximo objetivo foi identificar a opinião dos profissionais quanto à simplificação da elaboração das Demonstrações Contábeis, conforme a questão 18: Apesar do Conselho Federal de Contabilidade estimular a elaboração do conjunto completo de Demonstrações Contábeis, a ITG-1000 veio para colaborar com as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte independente de seu regime tributário, já que obriga as entidades a elaborar apenas o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas. O resultado está evidenciado na tabela 18.

Tabela 18- Simplificação da elaboração do conjunto completo das demonstrações de acordo com a ITG-1000:

| <b>Simplificação da elaboração das Demonstrações Contábeis para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Concordo totalmente                                                                                            | 7                 | 54                           |
| Concordo                                                                                                       | 2                 | 15                           |
| Nem concordo nem discordo                                                                                      | 3                 | 23                           |
| Discordo                                                                                                       | 1                 | 8                            |
| Discordo totalmente                                                                                            | -                 |                              |
| <b>Total</b>                                                                                                   | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme a tabela 18, 54% concordam totalmente que a ITG-1000 simplificou a elaboração das demonstrações contábeis e 15% apenas concordam, 23% não concordam e nem discordam e 8% discorda da afirmativa.

Constata-se que um profissional discorda que a ITG-1000 tenha vindo para simplificar a elaboração das Demonstrações Contábeis para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e outros três profissionais tem a opinião de forma indiferente, não concordam e nem discordam.

Apesar do Conselho Federal de Contabilidade estimular a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a ITG-1000 exige em seu item 26 que as entidades elaborem apenas o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas simplificando assim a elaboração das Demonstrações Contábeis para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte alcançadas por esta interpretação.

A última questão do Bloco 3 tinha por objetivo investigar a opinião dos respondentes em relação a elaboração das Notas Explicativas de acordo com a questão 19: A elaboração de Notas Explicativas de acordo com a ITG-1000 possibilita uma leitura detalhada de itens que acercam os dados contidos nos relatórios. Os diversos usuários da informação contábil conseguem assim obter um entendimento mais claro dos principais critérios utilizados na elaboração da demonstração contábil, bem como analisar de maneira mais clarividente a situação patrimonial da entidade, sendo assim a aplicabilidade das Notas Explicativas como parte da elaboração das Demonstrações Contábeis torna-se relevante. O resultado obtido está destacado na tabela 19.

Tabela 19- Elaboração das Notas Explicativas:

| <b>Elaboração das Notas Explicativas</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Concordo totalmente                      | 4                 | 30                           |
| Concordo                                 | 8                 | 62                           |
| Nem concordo nem discordo                | -                 | -                            |
| Discordo                                 | 1                 | 8                            |
| Discordo totalmente                      | -                 | -                            |
| <b>Total</b>                             | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme se observa na tabela 19, 30% concordam totalmente, 62% concordam. Não houve opinião de respondentes no item nem concordo nem discordo e 8% discordam da afirmação.

Para 92% da amostra analisada a elaboração das Notas Explicativas possibilita melhor interpretação dos dados contidos nos relatórios, no entanto um profissional discorda deste ponto.

Contudo Silva (2011) e Iudícibus *et al* (2010), destacam que as Notas Explicativas como parte das Demonstrações Contábeis servem para esclarecer dados contidos nos relatórios e possibilitam uma leitura detalhada dos procedimentos adotados na escrituração e uma interpretação de detalhes que fazem parte dessas demonstrações.

#### 4.4 BLOCO 4 QUESTÕES ADAPTADAS DE ROWER, BORDIGNON E KRUGER (2012)

No Bloco 4 da pesquisa foram adaptadas questões do estudo de Rower, Bordignon e Kruger (2012), com o objetivo de reforçar as questões que foram aplicadas no Bloco 2 e Bloco 3 desta pesquisa.

O primeiro objetivo deste Bloco foi destacar se os profissionais têm conhecimento sobre a ITG-1000 de acordo com a questão 20: O responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis tem conhecimento sobre a ITG-1000-Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que está em vigor desde 01 de janeiro de 2012. O resultado está na tabela 20.

Tabela 20- Conhecimento sobre o conteúdo da ITG-1000:

| <b>Conhecimento sobre a ITG-1000</b>     | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Conhece e domina o conteúdo              | 3                 | 23                           |
| Conhece e domina parcialmente o conteúdo | 6                 | 46                           |
| Conhece, mas não domina o conteúdo.      | 4                 | 31                           |
| Desconhece a ITG-100                     | -                 |                              |
| <b>Total</b>                             | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Constatou-se de acordo com a tabela 20, que 23% dos profissionais participantes da pesquisa afirmam que conhecem e dominam o conteúdo da norma, 46% dizem conhecer e dominar parcialmente o conteúdo, enquanto 31% afirmam que conhecem a norma, mas não dominam o conteúdo.

Dos profissionais que responderam a pesquisa 77% deles não tem domínio quanto ao conteúdo da norma, apenas 23% deles afirmam dominar o conteúdo.

A elaboração das Demonstrações Contábeis para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de acordo com a ITG-1000 está obrigatória desde o exercício de Janeiro de 2012, a falta de domínio quanto ao conteúdo abrangido pela ITG-1000, talvez seja um impeditivo para que tais demonstrações possam estar de acordo com tal norma neste exercício social.

Tais informações obtidas na pesquisa podem caracterizar que há necessidade de ocorrer mais monitoramentos por parte do CRC/RS, já que o presente órgão fiscaliza e auxilia a classe contábil.

O segundo objetivo foi identificar a adoção da ITG-1000, segundo a questão 21: A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com a ITG-1000 está obrigatória desde o exercício de 2012, a organização contábil vem adotando desde 2012 a elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com a ITG-1000. O resultado está destacado na tabela 21.

Tabela 21- Elaboração das Demonstrações Contábeis e obrigatoriedade:

| <b>Elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com a ITG-1000</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Elabora e tem conhecimento da obrigatoriedade                          | 6                 | 46                           |
| Utiliza apenas algumas alterações, apesar da obrigatoriedade.          | 3                 | 23                           |
| Tem conhecimento da obrigatoriedade, mas não adotou ainda              | 4                 | 31                           |
| Não tem conhecimento da obrigatoriedade, portanto não adota            | -                 | -                            |
| Total                                                                  | 13                | 100                          |

Fonte: Elaborado pela autora

Quando questionados quanto à elaboração das Demonstrações de acordo com a ITG-1000 e de seu conhecimento quanto à obrigatoriedade, 46% dos respondentes afirmam que elaboram e tem conhecimento da obrigatoriedade, 23% destes afirmar utilizar apenas algumas alterações, mas sabem da obrigatoriedade e 31% deles sabem da obrigatoriedade, no entanto não adotaram ainda.

Conforme informações da tabela acima 46% dos profissionais afirmam que sabem da obrigatoriedade e elaboram as Demonstrações de acordo com a ITG-1000, relacionando com a questão 10 do Bloco 1, algumas respostas apresentam-se contraditórias, já que na questão anterior 85% dos respondentes afirmam que elaboram as Demonstrações das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de acordo com a ITG-1000.

No entanto as respostas evidenciam que apenas 46% das organizações adotam plenamente a ITG-1000, o que equivale a 6 organizações contábeis, ao contrário da resposta da questão 10 que correspondia a 11 organizações.

A elaboração das Demonstrações de acordo com a ITG-1000 para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte está em vigor de o exercício 2012 e neste exercício que está se aproximando do fim, os profissionais deveram elaborar para estas empresas as Demonstrações de acordo com a ITG-1000.

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que não optarem pela adoção desta norma devem continuar a adotar a NBC TG 1000-Contabilidade para Pequena e Média Empresa ou as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais Completas.

Na tabela 22, está demonstrado o resultado da questão 22: Quais Demonstrações estão sendo elaboradas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Tabela 22- Demonstrações elaboradas para as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte:

| <b>Demonstrações elaboradas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Balço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Notas Explicativas              | 11                | 84                           |
| Balço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Fluxo de Caixa                  | 1                 | 8                            |
| Apenas Fluxo de Caixa                                                          | 0                 | -                            |
| Balço Patrimonial e Notas Explicativas                                         | 1                 | 8                            |
| <b>Total</b>                                                                   | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com os dados da tabela 22, das 13 organizações contábeis que participaram da pesquisa, é possível notar que 84% elaboram Balço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Notas Explicativas, 8% elaboram Balço Patrimonial e Fluxo de Caixa e ainda que 8% elaboram apenas o Balço Patrimonial e Notas Explicativas. Dos 84% dos participantes que afirmam elaborar as Demonstrações conforme sugerido pela ITG-1000, alguns salientaram que para as empresas tributadas pelo Lucro Real e Lucro Presumido, elaboram também o DMPL-Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

Para reafirmar a questão 16 do Bloco 3, foi elaborado uma questão 23 com o seguinte questionamento: Quando há desvalorização de um ativo imobilizado, qual o procedimento é utilizado pela organização contábil. As respostas estão na tabela 23.

Tabela 23- Procedimento adotado para perda em Ativo Imobilizado:

| <b>Procedimento adotado para perda em ativo imobilizado</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|-------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Perda por desvalorização                                    | 10                | 77                           |
| Não é contabilizado perdas de imobilizado                   | 3                 | 23                           |
| <b>Total</b>                                                | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Evidencia-se na tabela acima que 77% dos participantes da pesquisa afirmam que o procedimento adotado para cálculo de perdas com ativo imobilizado é a perda por desvalorização e 23% deles afirmam que não contabilizam perdas com bens do ativo imobilizado.

Confrontando a resposta com a questão 16 do Bloco 3, observa-se que há divergências com as respostas, pois na questão anterior 92% dos respondentes afirmaram concordar com o método adotado quando há desvalorização de um bem do ativo imobilizado, o que equivale a doze profissionais. No entanto nesta questão três profissionais afirmam que não contabilizam

perdas com bens do ativo imobilizado.

De acordo com a ITG-1000 em seu item 20, se um bem do ativo imobilizado apresentar sinais de desvalorização, esse bem deverá ter seu valor contábil reduzido, através de perda por desvalorização ou por não recuperabilidade.

Ainda na mesma linha de pensamentos, a questão 24 abordou qual o método utilizado pelas organizações contábeis para a realização do cálculo de depreciação. O resultado obtido está caracterizado na tabela 24.

Tabela 24- Depreciação dos bens do ativo imobilizado:

| <b>Depreciação dos Bens do Ativo Imobilizado</b>          | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa%</b> |
|-----------------------------------------------------------|-------------------|-----------------------------|
| É realizado o cálculo de acordo com a vida útil           | 3                 | 23                          |
| Realizado pelo método linear ao fim da vida útil          | 1                 | 8                           |
| Realizado pelo método linear ao decorrer de sua vida útil | 4                 | 31                          |
| Não é aplicado o cálculo de depreciação                   | 5                 | 38                          |
| <b>Total</b>                                              | <b>13</b>         | <b>100</b>                  |

Fonte: Elaborado pela autora

Na tabela 24 observa-se que 38% das organizações afirmam que não aplicam o cálculo de depreciação nos bens do ativo imobilizado, enquanto que 31% realizam pelo método linear ao decorrer da vida útil do bem, 23% realizam o cálculo de acordo com a vida útil e 8% realizam o cálculo pelo método linear, no entanto apenas no fim da vida útil do bem.

Comparando com as respostas obtidas na questão 15 do Bloco 3, 38% das organizações continuam afirmando que não aplicam cálculo de depreciação em bens do ativo imobilizado. As demais organizações contabilizam cálculo de depreciação, no entanto utilizam métodos variados.

Perguntou-se aos profissionais se eles adotaram a Carta de Responsabilidade, o resultado obtido está demonstrado na tabela 25.

Tabela 25- Carta de Responsabilidade:

| <b>Carta de Responsabilidade vem sendo utilizada por parte da organização contábil</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Sim                                                                                    | 1                 | 8                            |
| Não                                                                                    | 12                | 92                           |
| <b>Total</b>                                                                           | <b>13</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

Da amostra analisada apenas 8% afirma que adotou a Carta de Responsabilidade,

enquanto isso 92% afirmam que não adotaram ainda.

O item 13 da ITG-1000 prevê que a organização contábil deverá obter juntamente com o contrato de prestação de serviço a Carta de Responsabilidade e que esta deverá ser renovada a cada término do exercício social.

O objetivo desta Carta é salvaguardar o profissional quanto a sua responsabilidade pela realização da escrituração contábil do período.

Ainda na mesma linha de considerações, em caso da organização não ter adotado ainda, foi levantado um questionamento para que a mesma pudesse explicar seus motivos de não ter adotado, as respostas seguem na tabela 26.

Tabela 26- Motivos de não ter adotado a Carta de Responsabilidade:

| <b>Motivos de não ter adotado ainda a Carta de Responsabilidade</b> | <b>Frequência</b> | <b>Frequência Relativa %</b> |
|---------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Acho Irrelevante                                                    | -                 |                              |
| Não houve aceitação por parte dos Clientes                          | 4                 | 33                           |
| Será adotado futuramente                                            | 8                 | 67                           |
| <b>Total</b>                                                        | <b>12</b>         | <b>100</b>                   |

Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com a tabela 26, 33% das organizações afirmam que não houve aceitação por parte dos clientes e 67% disse que irá adotar futuramente. Alguns responsáveis das organizações evidenciaram que irão adotar futuramente, no entanto apenas para determinados clientes.

#### 4.5 CONCILIAÇÃO DOS RESULTADOS DE ROWER, BORDIGNON E KRUGER (2012)

Esse estudo utilizou questões a partir do estudo de Rower, Bordignon e Kuger (2012) que aplicou um questionário com os profissionais contábeis do Município de Chapecó com o objetivo analisar se as práticas contábeis adotadas pelos profissionais contábeis atendiam as novas normas de acordo com o Pronunciamento Técnico PMEs, bem como a percepção das principais mudanças para os profissionais do Município.

No entanto é relevante que se concilie os resultados da presente pesquisa com o estudo tomado por base.

A pesquisa realizada por Rower, Bordignon e Kruger (2012), apontou que 42% dos pesquisados elaboram as Demonstrações Contábeis de acordo com o Pronunciamento Técnico PMEs, mas apenas 16% mensuram o ativo imobilizado com base no CPC PMEs.

Os profissionais que participaram da pesquisa não fazem a avaliação e reconhecimento dos estoques de acordo com a norma.

Dos profissionais 32% deles afirmam conhecer e dominar o conteúdo da norma, 42% elaboram a norma em conformidade com a norma das PMEs. De maneira geral, poucos profissionais estão aplicando a norma para PMEs, no entanto não de maneira integral, pois alguns ainda não dominam o conteúdo.

Neste estudo foram analisados os profissionais que pertencem ao grupo que é atendido pela Delegacia do CRC/RS de Soledade.

Destes profissionais treze participaram da pesquisa, onde foi possível constatar que apenas 46% dos respondentes possuem conhecimento da obrigatoriedade da aplicação da norma. No entanto apenas 23% dos profissionais afirmam que conhecem e dominam o conteúdo da norma.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como questão de estudo: os profissionais dos escritórios da região de Soledade/RS estão utilizando a ITG-1000 na elaboração das Demonstrações Contábeis das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte?

Apesar de a norma estar obrigatória desde o exercício de 2012, as demonstrações das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ainda não estão de acordo com a ITG-1000, a maioria das organizações contábeis não conseguiram adaptar por completo tais demonstrações, apenas seguem algumas alterações exigidas.

O objetivo geral que norteou esse estudo foi de verificar o emprego da ITG 1000-Modelo Contábil para Microempresa e Empresa, no momento da elaboração de suas demonstrações contábeis. Para alcançar este objetivo foi elaborado um questionário, com questões fechadas, abrangendo vários aspectos contidos nesta norma.

Quando questionados se a organização elabora o conjunto completo das Demonstrações Contábeis de acordo com a ITG-1000, 85% afirmam elaborar e 15% não elaboram de acordo com a ITG-1000.

O primeiro objetivo específico a ser analisado foi identificar se as empresas atendidas por estas organizações se enquadram no emprego da ITG-1000, neste contexto identificou-se que das organizações que participaram da pesquisa, 95% de seus clientes estão enquadrados como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, estando assim com o dever de elaborar suas demonstrações de acordo com a ITG-1000.

O segundo objetivo específico da pesquisa buscou identificar se os gestores das empresas atendidas por estes profissionais utilizam os relatórios gerados pela contabilidade no momento da tomada de decisão, neste sentido constatou-se que 69% dos profissionais afirmam que seus clientes utilizam os relatórios no processo de tomada de decisão, embora

69% dos profissionais afirmarem que seus clientes utilizam, um profissional discordou com a afirmação da questão.

Neste contexto face notar a importância de elaborar as demonstrações de acordo com a ITG-1000, pois um de seus itens obriga a elaboração de notas explicativas nas demonstrações destas empresas. Se estas organizações elaboram as notas explicativas, isto vem a auxiliar também os gestores destas empresas, pois poderá facilitar um melhor entendimento dos dados que estão contidos nas elaborações de suas empresas, vindo a colaborar para uma melhor tomada de decisão.

Outro objetivo da pesquisa foi verificar qual a opinião dos profissionais quanto à simplificação das elaborações das demonstrações contábeis que a ITG-1000 trouxe para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

No contexto do objetivo específico acima descrito observou-se que dos profissionais que participaram da pesquisa 23% não destacaram sua opinião, mas 69% afirmaram que a ITG-1000 simplificou a elaboração das demonstrações contábeis destas empresas e apenas um profissional discordou. Para este profissional a ITG-1000 não veio para simplificar a elaboração das demonstrações.

Outro objetivo específico foi identificar se os profissionais conhecem o conteúdo da ITG-1000, pode-se observar que 23% dos profissionais afirmam que conhecem e dominam o conteúdo enquanto que 46% afirmam que conhecem a presente norma, no entanto dominam parcialmente o conteúdo e 31% deles afirmam que conhecem a ITG-1000, mas não dominam o conteúdo apresentado.

No entanto quando questionados se têm conhecimento sobre a obrigatoriedade e elaboração das demonstrações de acordo com a norma que está em vigor desde Janeiro de 2012, apenas 46% dos profissionais afirmam que elaboram e tem conhecimento da obrigatoriedade, 23% afirmam que sabem da obrigatoriedade, mas utilizam apenas algumas alterações e 31% sabem da obrigatoriedade, mesmo assim não adotaram ainda. Pode-se concluir então que apenas seis entidades elaboram na íntegra as Demonstrações de acordo com a ITG-1000.

Evidencia-se que pode haver falta a presença do CRC/RS, atuando como órgão fiscalizador e também com cursos que possibilite aos profissionais à interação as novas normas vigentes, bem como seu conteúdo, pois quando questionados quais os meios que utilizam para manter-se atualizados, 23% dos profissionais utilizam cursos online, 38% deles utilizam jornais e revistas, enquanto que uma organização utiliza empresas que prestam serviço de consultoria especializada em assuntos na área contábil.

De forma geral nota-se que as entidades aplicam apenas algumas recomendações da ITG-1000, pois quando questionados se a aquisição do ativo imobilizado é realizada de acordo com o item 18 da norma, 76% deles afirmam que a contabilização é realizada de acordo e 16% afirmam não elaborar a contabilização de tal forma. Apenas uma organização, o que equivale a 8%, diz não concordar nem discordar do método.

Quanto ao cálculo de depreciação do ativo imobilizado 62% das organizações afirmam aplicar o cálculo e 38% das organizações não utilizam cálculo de depreciação em bens do ativo imobilizado. Quando questionados quanto ao método utilizado para o cálculo, 38% das organizações continuam afirmando que não realizam cálculo de depreciação e as demais organizações que representam 62% aplicam métodos variados.

No entanto em uma questão posterior foi questionado qual o método utilizado para contabilizar perdas com ativos imobilizados e 23% dos respondentes afirmam que não contabilizam perdas com imobilizado e apenas 77% deles afirmam contabilizar perda por desvalorização.

De acordo com o resultado da pesquisa, apesar 46% das organizações afirmarem que seguem as normas da ITG-1000 e que conhecem e dominam o conteúdo constata-se que os profissionais ainda precisam inteirar-se mais quanto ao conteúdo da norma, pois as demonstrações ainda não estão sendo elaboradas integralmente de acordo com a ITG-1000.

A aprovação da ITG-1000 Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte através da Resolução 1.418/12, levou em consideração o volume de transações que estas empresas realizam e o principal objetivo desta norma técnica foi o de simplificar a elaboração das Demonstrações para tais empresas.

Dessa forma há necessidade de atualização constante dos profissionais já que esta norma esta em vigor desde o exercício de 2012 e mais um exercício social está se aproximando e nem todas as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte estarão com suas demonstrações de acordo. É importante destacar que a Universidade também tem um papel de suma importância neste contexto, pois a cada semestre, vários estudantes deixam a vida acadêmica e ingressam no mercado para atuar como profissionais na área contábil.

Recomenda-se um estudo mais detalhado, com uma amostra de população maior, analisando quais as dificuldades encontradas pelos profissionais para adequar-se as novas normas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 11638, de 28 de dezembro de 2007. Institui normas relativas à contabilização e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm)>. Acesso em: 15 março 2013.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade. **Metodologia da pesquisa aplicada às ciências sociais**. In:BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas,2012.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico PME : Contabilidade para pequenas e médias empresas**. Disponível em <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_PMEeGlossario\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario_R1.pdf)>. Acesso em: 10/03/2013

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC, Resolução CFC nº 1.055/05, de 7 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.crcsp.or.br/resolucoes/Res1055.htm>>. Acesso em: 10/03/2013

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC, Resolução CFC nº 750/93, de 31 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade**. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=1993/000750](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750)>. Acesso em 04 maio 2013.

\_\_\_\_. Resolução CFC nº 530/81, de 23 de outubro de 1981. **Aprova os princípios fundamentais de contabilidade, norma NBC – T 1**. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?codigo=1981/000530](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=1981/000530)>. Acesso em 04 maio 2013.

\_\_\_\_. Resolução CFC nº 321/72, de 14 de abril de 1972. **Aprova as Normas e os procedimentos de auditoria**. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=1972/000321](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1972/000321)>. Acesso em 04 maio 2013.

\_\_\_\_. Resolução CFC nº 529/81, de 23 de outubro de 1981. **Dispõe sobre as normas brasileiras de contabilidade**, publicada no Diário Oficial da União em 26 de janeiro de 1982. Disponível em:

<[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?codigo=1981/000529](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=1981/000529)>. Acesso em 04 abril 2013.

\_\_\_\_. Resolução CFC nº 1.255/09, de 10 de dezembro de 2009. **Aprova a NBC TG 1000 – contabilidade para pequenas e médias empresas.** Disponível em:

<[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2009/001255](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001255)>. Acesso em 30 março 2013.

\_\_\_\_. Resolução CFC nº 1.330/11, de 18 de março de 2011. **Aprova a ITG 2000- escrituração contábil.** Disponível em:

<[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2011/001330](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2011/001330)>. Acesso em 09 abril 2013

\_\_\_\_. Resolução CFC nº 1.103/07, de 28 de setembro de 2007. **Cria o comitê gestor da convergência no Brasil e dá outras providências.** Disponível em:

<[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2007/001103](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2007/001103)>. Acesso em 06 maio 2013.

\_\_\_\_. Resolução CFC nº 1.121/08, de 28 de março de 2008. **Aprova a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.** Disponível em:

<[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2008/001121](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001121)>. Acesso em 12 maio 2013.

\_\_\_\_. Resolução CFC nº 1.185/09, de 28 de agosto de 2009. **Aprova a NBC TG 26 – apresentação das demonstrações contábeis.** Disponível em:

<[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2009/001185](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001185)>. Acesso em 20 maio 2013.

\_\_\_\_. Resolução CFC nº 1.418, de 05 de dezembro de 2012. **Aprova a ITG 1000- Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.** Disponível em:

<[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2012/001418](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001418)>. Acesso em 02 setembro 2013.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO.

**Contabilidade no contexto internacional.** São Paulo: Atlas, 1997. v.9.

COSTA, Jorge Andrade; YAMAMOTO, Marina Mitiyo; THEÓPHILO, Carlos Renato. **A aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade.** In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 11., 2011, São Paulo. Anais Eletrônicos... São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos112011/211.pdf>>. Acesso em 15 março 2013.

DELOITTE. **IFRS para PMEs ao seu alcance:** um guia para sua jornada rumo ao padrão contábil global. Disponível em:

<[http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2007/Pocket\\_PME.pdf](http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2007/Pocket_PME.pdf)>. Acesso em: 10/03/2013

DIEHL, Astor Antonio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sócias aplicadas:** métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 1v.

ERNEST&YOUNG, FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FERNADES, Bruno et al. **Investigação Empírica da Percepção do Docentes dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis sobre a função e atuação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.**In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 10., 2010, São Paulo. Anais Eletrônicos... São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/191.pdf>. Acesso em 14 abril 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIROTTO, Maristela. **Brasil começa a dotar o IFRS na contabilidade de PMEs.** Revista Brasileira de Contabilidade. São Paulo, novembro/dezembro de 2010, nº. 186, p. 7-23. Disponível em: < [http://www.fucape.br/downloads/reportagem\\_rbc\\_186.pdf](http://www.fucape.br/downloads/reportagem_rbc_186.pdf)>. Acesso em 13 abril 2013.

GONÇALVES, J. C. *et al.* **Análise do Impacto do Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil:** um estudo com base na relevância da informação contábil. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 12., 2012, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos122012/404.pdf>>. Acesso em: 01 abril 2013.

GRECO, Alvisio Lahorgue; AREND, Lauro Roberto. **Contabilidade:** teoria e práticas básicas. 9. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

HERNANDEZ, José Perez Junior; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de *et al.* **Contabilidade introdutória:** atualizada de acordo com as Leis nº11.638/07 e nº11.941/09. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2010

\_\_\_\_\_. **Manual da contabilidade societária:** aplicável as todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010. 1.v

\_\_\_\_\_; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial:** atualizado conforme novo código civil. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KROETZ, César Eduardo Estevans. **Balanco Social:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.1v

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. **Contabilidade internacional para graduação – Texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha.** São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

\_\_\_\_. **Contabilidade Básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

NYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**: Conteúdo parcial causas das diferenças internacionais- convergência contábil internacional- estudo comparativo entre países. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Luis Martins de; NAGATSUKA, Divane Alves de. **Introdução à Contabilidade**. São Paulo: Futura, 2000. 1v.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_. **Contabilidade básica**: uma introdução à prática contábil. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2004.

PADOVEZE, Clóvis Luís; Benedicto, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual da Contabilidade Internacional**. - São Paulo: Cengage Learning, 2013.

ROWER, Roberto Gerson; BORDIGNON, Andrea Carla; KRUGER, Silvana Dalmutt. **Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**: Uma análise das práticas adotadas pelos profissionais contábeis. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 12., São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<http://www.congress USP.org/artigos>> Acesso em: 05 novembro 2013.

SANTOS, Fernando de Almeida; VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade com ênfase em micro, pequenas e médias empresas**. 2. Ed. São Paulo, Atlas 2012.

SEBRAE. **MPE INDICADORES Pequenos Negócios no Brasil**. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/>. Acesso em: 15/05/2013

SILVA, Edivan Moraes da. **Manual de Contabilidade Simplificada para micro e pequenas empresas**. 4. ed. São Paulo: IOB, 2011.

## APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO - UPF  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CAMPUS PASSO FUNDO

**Juliane do Prado**  
Acadêmica

**Prof. Ms. Marcelo Silva**  
Orientador

**ITG 1000- Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA SEMI-ESTRUTURADO

#### **BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO/A RESPONDENTE.**

|                                                                |
|----------------------------------------------------------------|
| <b>1- Formação:</b>                                            |
| <input type="checkbox"/> Técnico em Contabilidade              |
| <input type="checkbox"/> Contador                              |
| <input type="checkbox"/> Outro: _____;                         |
| <b>2- Titulação e Área de conhecimento:</b>                    |
| <input type="checkbox"/> Graduado                              |
| <input type="checkbox"/> Especialista em Contabilidade         |
| <input type="checkbox"/> Especialização em áreas afins: _____; |
| <input type="checkbox"/> Mestre                                |
| <input type="checkbox"/> Doutor                                |
| <b>3- Tempo de Atuação na área contábil</b>                    |
| <input type="checkbox"/> Menos de 03 anos                      |
| <input type="checkbox"/> Até 03 anos                           |
| <input type="checkbox"/> De 05 até 10 anos                     |
| <input type="checkbox"/> De 11 anos até 15 anos                |

|                                                                                       |
|---------------------------------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Mais de 15 anos                                              |
| <b>4- Meios que utiliza para se manter atualizado</b>                                 |
| <input type="checkbox"/> Cursos Online                                                |
| <input type="checkbox"/> Cursos Presenciais                                           |
| <input type="checkbox"/> Jornais, Revistas, Internet                                  |
| <input type="checkbox"/> Outros: _____ ;                                              |
| <b>5- Quantos clientes a organização contábil atende?</b>                             |
| <input type="checkbox"/> De 01 a 50 clientes                                          |
| <input type="checkbox"/> De 51 a 100 clientes                                         |
| <input type="checkbox"/> De 101 a 200 clientes                                        |
| <input type="checkbox"/> Mais de 200 clientes                                         |
| <b>6- Responda abaixo quantas empresas em relação ao porte sua organização atende</b> |
| <input type="checkbox"/> Empresa de Pequeno Porte                                     |
| <input type="checkbox"/> Microempresa                                                 |
| <input type="checkbox"/> Demais formações societárias                                 |
| <b>7- E em relação ao regime de tributação</b>                                        |
| <input type="checkbox"/> Tributadas pelo Lucro Real                                   |
| <input type="checkbox"/> Tributadas pelo Luro Presumido                               |
| <input type="checkbox"/> Tributadas pelo Simples Nacional                             |

## BLOCO 2- SOBRE CONTABILIDADE

|                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>8- Os clientes de seu escritório utilizam a Contabilidade como instrumento auxiliar no processo de tomada de decisão, já que as demonstrações contábeis fornecem informações sobre vários aspectos da gestão financeira e econômica das empresas.</b>             |
| <input type="checkbox"/> Concordo totalmente                                                                                                                                                                                                                         |
| <input type="checkbox"/> Concordo                                                                                                                                                                                                                                    |
| <input type="checkbox"/> Nem concordo nem discordo                                                                                                                                                                                                                   |
| <input type="checkbox"/> Discordo                                                                                                                                                                                                                                    |
| <input type="checkbox"/> Discordo totalmente                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>9- O Balanço Patrimonial visa evidenciar o patrimônio da empresa, assim como a Demonstração do Resultado demonstra de forma simplificada o resultado da empresa em um determinado período. As Notas Explicativas servem para esclarecer de forma narrativa os</b> |

**dados apresentados no Balanço Patrimonial da empresa. Devido a isso nota-se a importância da utilização desses dados gerados pela contabilidade por parte dos gestores das empresas.**

- Concordo totalmente
- Concordo
- Nem concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

**10- A organização contábil elabora o conjunto completo das demonstrações contábeis conforme indicado pela ITG 1000**

- Sim
- Não

### **BLOCO 3- SOBRE ITG 1000-Modelo Contábil para Microempresas e Empresa de Pequeno Porte**

**Depois de realizar algumas audiências públicas, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Resolução CFC nº. 1.418/12, instituindo assim a ITG 1000- Modelo Contábil para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com o objetivo de proporcionar a estas empresas a simplificação da escrituração de suas demonstrações contábeis de acordo com o volume de suas transações, tornando as demonstrações contábeis cada vez mais uniformes em vigência desde 01 de Janeiro de 2012.**

**11- A utilização da ITG 1000 no momento da elaboração das Demonstrações Contábeis, torna os relatórios mais ricos de informações, auxiliando assim os gestores da entidade no processo de tomada de decisão.**

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

**12- A escrituração das Demonstrações Contábeis é realizada de acordo com o regime de competência?**

- Sim
- Não

**13- As perdas eventuais que ocorrem com os estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.**

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

**14- A contabilização de aquisição de um ativo imobilizado ocorre levando em consideração o preço de aquisição, bem como os impostos, descontos e abatimentos e também todos os gastos incorridos para deixá-lo em condições de operação.**

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

**15- A organização contábil realiza o cálculo de depreciação no ativo imobilizado e lança isto no resultado do período?**

- Sim
- Não

**16- Em algumas entidades um bem do ativo imobilizado pode apresentar no decorrer de sua vida útil desvalorização, tornando-se improvável que irá gerar benefícios econômicos para a empresa, quando isso ocorre seu valor contábil é reduzido ao valor recuperável, através do reconhecimento de perda por desvalorização ou por não recuperabilidade.**

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

**17- Para as empresas sempre há o risco no momento de suas vendas, quanto à incerteza do não recebimento total de suas receitas, quando isso é identificado, é contabilizado em suas demonstrações contábeis uma conta retificadora “perda estimada com créditos de liquidação duvidosa” reconhecida sempre no resultado do período.**

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

**18- Apesar do Conselho Federal de Contabilidade estimular a elaboração completa do conjunto das Demonstrações Contábeis, a ITG 1000, vem para colaborar com as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte independente de seu regime tributário, já que obriga as entidades a elaborar apenas o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas.**

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

**19- A elaboração de Notas Explicativas de acordo com a ITG 1000 possibilita uma leitura detalhada de itens que acercam os dados contidos nos relatórios. Os diversos usuários da informação contábil conseguem assim obter um entendimento mais claro dos principais critérios utilizados na elaboração da demonstração contábil, bem como analisar de maneira mais clarividente a situação patrimonial da entidade, sendo assim a aplicabilidade das Notas Explicativas como parte da elaboração das Demonstrações Contábeis torna-se relevante.**

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

#### **Bloco 4- Questões adaptadas de Rower, Bordignon e Kruger (2012).**

**20- O responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis tem conhecimento sobre a ITG 1000- Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que está em vigor desde 01 de janeiro de 2012.**

- Conhece e domina o conteúdo
- Conhece e domina parcialmente o conteúdo
- Conhece, mas não domina o conteúdo
- Desconhece a ITG 1000

**21- A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com a ITG 1000- está obrigatória desde o exercício de 2012, a organização contábil vem adotando desde 2012 a elaboração das Demonstrações de acordo com a ITG-1000.**

- Elabora e tem conhecimento da obrigatoriedade
- Utiliza apenas algumas alterações, apesar da obrigatoriedade
- Tem conhecimento da obrigatoriedade, mas não adotou ainda
- Não tem conhecimento da obrigatoriedade, portanto não adota

**22- Quais Demonstrações estão sendo elaboradas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

- Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado e Notas Explicativas
- Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Fluxo de Caixa
- Apenas Fluxo de Caixa
- Balanço Patrimonial e as Notas Explicativas

**23- Quando há desvalorização de um ativo imobilizado, qual procedimento é utilizado pela organização contábil?**

- Perda por desvalorização
- Não é contabilizado perdas de imobilizado

**24- Quanto à depreciação dos bens do ativo imobilizado:**

- É realizado o cálculo de acordo com sua vida útil
- Realizado pelo método linear ao fim de sua vida útil
- Realizado pelo método linear ao decorrer de sua vida útil
- Não é aplicado cálculo de depreciação

**25- A organização contábil vem utilizando a Carta de Responsabilidade para salvaguardar sua responsabilidade.**

- Sim
- Não

Em caso de não ter adotado ainda, responda a questão abaixo.

- Acho irrelevante
- Não houve aceitação por parte dos clientes
- Será adotado futuramente

**ANEXO A - Resolução 1.418/12**

**RESOLUÇÃO CFC N.º 1.418/12**

*Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.*

O **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea “f” do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012.

Brasília, 5 de dezembro de 2012.

Contador **Juarez Domingues Carneiro**  
**Presidente**

Ata CFC n.º 972

**NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**  
**ITG 1000 – MODELO CONTÁBIL PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

| Índice                                                      | Item           |
|-------------------------------------------------------------|----------------|
| <b>ALCANCE</b>                                              | <b>1 – 6</b>   |
| <b>DEFINIÇÕES</b>                                           | <b>7</b>       |
| <b>ESCRITURAÇÃO</b>                                         | <b>8 – 14</b>  |
| <b>CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS</b>                  | <b>15 – 25</b> |
| <b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>                              | <b>26 – 39</b> |
| <b>PLANO DE CONTAS SIMPLIFICADO</b>                         | <b>40 – 42</b> |
| <b>ANEXO 1 – Carta de Responsabilidade da Administração</b> |                |
| <b>ANEXO 2 – Balanço Patrimonial</b>                        |                |
| <b>ANEXO 3 – Demonstração do Resultado do Período</b>       |                |
| <b>ANEXO 4 – Plano de Contas Simplificado</b>               |                |

### **Alcance**

1. Esta Interpretação estabelece critérios e procedimentos simplificados a serem observados pelas entidades definidas e abrangidas pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que optarem pela adoção desta Interpretação, conforme estabelecido no item 2.
2. Esta Interpretação é aplicável somente às entidades definidas como “Microempresa e Empresa de Pequeno Porte”, conforme definido no item 3.
3. Para fins desta Interpretação, entende-se como “Microempresa e Empresa de Pequeno Porte” a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário a que se refere o Art. 966 da Lei n.º 10.406/02, que tenha auferido, no ano calendário anterior, receita bruta anual até os limites previstos nos incisos I e II do Art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

4. A adoção dessa Interpretação não desobriga a microempresa e a empresa de pequeno porte a manutenção de escrituração contábil uniforme dos seus atos e fatos administrativos que provocaram, ou possam vir a provocar, alteração do seu patrimônio.
5. A microempresa e a empresa de pequeno porte que optarem pela adoção desta Interpretação devem avaliar as exigências requeridas de outras legislações que lhe sejam aplicáveis.
6. A microempresa e a empresa de pequeno porte que não optaram pela adoção desta Interpretação devem continuar a adotar a NBC TG 1000 ou as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais completas, quando aplicável.

## **Definições**

7. As definições de termos utilizados nesta Interpretação constam no Glossário de Termos, incluído na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.285/10.

## **Escrituração**

8. A escrituração contábil deve ser realizada com observância aos Princípios de Contabilidade, aprovados pela Resolução CFC n.º 750/93, e em conformidade com as disposições contidas nesta Interpretação.
9. As receitas, as despesas e os custos do período da entidade devem ser escriturados contabilmente, de acordo com o regime de competência.
10. Os lançamentos contábeis no Livro Diário devem ser feitos diariamente. É permitido, contudo, que os lançamentos sejam feitos ao final de cada mês, desde que tenham como suporte os livros ou outros registros auxiliares escriturados em conformidade com a ITG 2000 – Escrituração Contábil, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.330/11.
11. Para transações ou eventos materiais que não estejam cobertos por esta Interpretação, a entidade deve utilizar como referência os requisitos apropriados estabelecidos na ITG 2000 – Escrituração Contábil e na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.
12. Para salvaguardar a sua responsabilidade, o profissional da Contabilidade deve obter Carta de Responsabilidade da administração da entidade para a qual presta serviços, podendo, para tanto, seguir o modelo sugerido no Anexo 1 desta Interpretação.
13. A Carta de Responsabilidade deve ser obtida conjuntamente com o contrato de prestação de serviços contábeis de que trata a Resolução CFC n.º 987/03 e renovada ao término de cada exercício social.
14. A Carta de Responsabilidade tem por objetivo salvaguardar o profissional da Contabilidade no que se refere a sua responsabilidade pela realização da escrituração contábil do período-base encerrado, segregando-a e distinguindo-a das responsabilidades da administração da entidade, sobretudo no que se refere à manutenção dos controles internos e ao acesso às informações.

## Critérios e procedimentos contábeis

15. O custo dos estoques deve compreender todos os custos de aquisição, transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques ao seu local e condição de consumo ou venda.
16. O custo dos estoques deve ser calculado considerando os custos individuais dos itens, sempre que possível. Caso não seja possível, o custo dos estoques deve ser calculado por meio do uso do método “Primeiro que Entra, Primeiro que Sai” (PEPS) ou o método do custo médio ponderado. A escolha entre o PEPS e o custo médio ponderado é uma política contábil definida pela entidade e, portanto, esta deve ser aplicada consistentemente entre os períodos.
17. Os estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Para estoques de produtos acabados, o valor realizável líquido corresponde ao valor estimado do preço de venda no curso normal dos negócios menos as despesas necessárias estimadas para a realização da venda. Para estoques de produtos em elaboração, o valor realizável líquido corresponde ao valor estimado do preço de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados para o término de sua produção e as despesas necessárias estimadas para a realização da venda.
18. Um item do ativo imobilizado deve ser inicialmente mensurado pelo seu custo. O custo do ativo imobilizado compreende o seu preço de aquisição, incluindo impostos de importação e tributos não recuperáveis, além de quaisquer gastos incorridos diretamente atribuíveis ao esforço de trazê-lo para sua condição de operação. Quaisquer descontos ou abatimentos sobre o valor de aquisição devem ser deduzidos do custo do imobilizado.
19. O valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo imobilizado deve ser alocado ao resultado do período de uso, de modo uniforme ao longo de sua vida útil. É recomendável a adoção do método linear para cálculo da depreciação do imobilizado, por ser o método mais simples.
20. Se um item do ativo imobilizado apresentar evidências de desvalorização, passando a ser improvável que gerará benefícios econômicos futuros ao longo de sua vida útil, o seu valor contábil deve ser reduzido ao valor recuperável, mediante o reconhecimento de perda por desvalorização ou por não recuperabilidade (*impairment*).
21. São exemplos de indicadores da redução do valor recuperável, que requerem o reconhecimento de perda por desvalorização ou por não recuperabilidade:
  - (a) declínio significativo no valor de mercado;
  - (b) obsolescência;
  - (c) quebra.
22. Terreno geralmente possui vida útil indefinida e, portanto, não deve ser depreciado. Edificação possui vida útil limitada e, portanto, deve ser depreciado.

23. As receitas de venda de produtos, mercadorias e serviços da entidade devem ser apresentadas líquidas dos tributos sobre produtos, mercadorias e serviços, bem como dos abatimentos e devoluções, conforme exemplificado no Anexo 3 desta Interpretação.
24. A receita de prestação de serviço deve ser reconhecida na proporção em que o serviço for prestado.
25. Quando houver incerteza sobre o recebimento de valor a receber de clientes, deve ser feita uma estimativa da perda. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa deve ser reconhecida no resultado do período, com redução do valor a receber de clientes por meio de conta retificadora denominada “perda estimada com créditos de liquidação duvidosa”.

### **Demonstrações contábeis**

26. A entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Quando houver necessidade, a entidade deve elaborá-los em períodos intermediários.
27. A elaboração do conjunto completo das Demonstrações Contábeis, incluindo além das previstas no item 26, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, apesar de não serem obrigatórias para as entidades alcançadas por esta Interpretação, é estimulada pelo Conselho Federal de Contabilidade.
28. As Demonstrações Contábeis devem ser identificadas, no mínimo, com as seguintes informações:
  - (a) a denominação da entidade;
  - (b) a data de encerramento do período de divulgação e o período coberto; e
  - (c) a apresentação dos valores do período encerrado na primeira coluna e na segunda, dos valores do período anterior.
29. No Balanço Patrimonial, a entidade deve classificar os ativos como Ativo Circulante e Não Circulante e os passivos como Passivo Circulante e Não Circulante.
30. O Ativo deve ser classificado como Ativo Circulante quando se espera que seja realizado até 12 meses da data de encerramento do balanço patrimonial. Nos casos em que o ciclo operacional for superior a 12 meses, prevalece o ciclo operacional.
31. Todos os outros ativos devem ser classificados como Ativo Não Circulante.
32. O Passivo deve ser classificado como Passivo Circulante quando se espera que seja exigido até 12 meses da data de encerramento do balanço patrimonial. Nos casos em que o ciclo operacional for superior a 12 meses, prevalece o ciclo operacional.
33. Todos os outros passivos devem ser classificados como Passivo Não Circulante.
34. No mínimo, o Balanço Patrimonial deve incluir e evidenciar os grupos de contas apresentados no Anexo 2 desta Interpretação.

35. No mínimo, a Demonstração do Resultado deve incluir e evidenciar os grupos de contas apresentados no Anexo 3 desta Interpretação.
36. Itens adicionais, nomes de grupos e subtotais devem ser apresentados no Balanço Patrimonial ou na Demonstração do Resultado se forem relevantes e materiais para a entidade.
37. As despesas com tributos sobre o lucro devem ser evidenciadas na Demonstração do Resultado do período.
38. Quaisquer ganhos ou perdas, quando significativos, por serem eventuais e não decorrerem da atividade principal e acessória da entidade, devem ser evidenciados na Demonstração do Resultado separadamente das demais receitas, despesas e custos do período.
39. No mínimo, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis devem incluir:
  - (a) declaração explícita e não reservada de conformidade com esta Interpretação;
  - (b) descrição resumida das operações da entidade e suas principais atividades;
  - (c) referência às principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis;
  - (d) descrição resumida das políticas contábeis significativas utilizadas pela entidade;
  - (e) descrição resumida de contingências passivas, quando houver; e
  - (f) qualquer outra informação relevante para a adequada compreensão das demonstrações contábeis.

### **Plano de contas simplificado**

40. O Plano de Contas, mesmo que simplificado, deve ser elaborado considerando-se as especificidades e natureza das operações realizadas, bem como deve contemplar as necessidades de controle de informações no que se refere aos aspectos fiscais e gerenciais.
41. O Plano de Contas Simplificado, apresentado no Anexo 4 desta Interpretação, deve conter, no mínimo, 4 (quatro) níveis, conforme segue:
  - Nível 1: Ativo;  
Passivo e Patrimônio Líquido; e  
Receitas, Custos e Despesas (Contas de Resultado).
  - Nível 2: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.  
Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido.  
Receitas de Venda, Outras Receitas Operacionais, Custos e Despesas Operacionais.

Nível 3: Contas sintéticas que representam o somatório das contas analíticas que recebem os lançamentos contábeis, como, por exemplo, Caixa e Equivalentes de Caixa.

Nível 4: Contas analíticas que recebem os lançamentos contábeis, como, por exemplo, Bancos Conta Movimento.

42. Uma exemplificação dos 4 (quatro) níveis descritos no item 41 é a seguinte:

Nível 1 – Ativo

Nível 2 – Ativo Circulante

Nível 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Nível 4 – Bancos Conta Movimento

## ANEXO 1

### CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Local e data

À  
EMPRESA DE SERVIÇOS CONTÁBEIS XYZ  
CRC n.º XX:  
Endereço:  
Cidade e Estado CEP

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa <<DENOMINAÇÃO SOCIAL>>, CNPJ xxxxxxxx, que as informações relativas ao período base <<xx.xx.xx>>, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

- (a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;
- (b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;
- (c) que todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade;
- (d) que os estoques registrados em conta própria foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente e perfazem a realidade do período encerrado em <<ANO BASE>>;
- (e) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado <<SISTEMA EM USO>>, são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não temos conhecimento de quaisquer fatos ocorridos no período base que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

- (a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;
- (b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
- (c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,

.....  
Administrador da Empresa ABC  
Representante Legal

**ANEXO 2**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**em 31.12.x1 e 31.12.x0**  
**Expresso em R\$**

|                                          | 31.12.X1 | 31.12.X0 |                                     | 31.12.X1 | 31.12.X0 |
|------------------------------------------|----------|----------|-------------------------------------|----------|----------|
| <b>ATIVO</b>                             |          |          | <b>PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> |          |          |
| <b>CIRCULANTE</b>                        |          |          | <b>CIRCULANTE</b>                   |          |          |
| Caixa e Equivalentes de Caixa            |          |          | Fornecedores                        |          |          |
| Contas a Receber                         |          |          | Empréstimos e Financiamentos        |          |          |
| Estoques                                 |          |          | Obrigações Fiscais                  |          |          |
| Outros Créditos                          |          |          | Obrigações Trabalhistas e Sociais   |          |          |
|                                          |          |          | Contas a Pagar                      |          |          |
|                                          |          |          | Provisões                           |          |          |
|                                          |          |          |                                     |          |          |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                    |          |          | <b>NÃO CIRCULANTE</b>               |          |          |
| Contas a Receber                         |          |          | Financiamentos                      |          |          |
| Investimentos                            |          |          |                                     |          |          |
| Imobilizado                              |          |          | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>           |          |          |
| Intangível                               |          |          | Capital Social                      |          |          |
| (-) Depreciação e Amortização Acumuladas |          |          | Reservas de Capital                 |          |          |
|                                          |          |          | Reservas de Lucros                  |          |          |
|                                          |          |          | Lucros Acumulados                   |          |          |
|                                          |          |          | (-) Prejuízos Acumulados            |          |          |
|                                          |          |          |                                     |          |          |
| <b>TOTAL</b>                             |          |          | <b>TOTAL</b>                        |          |          |

**ANEXO 3**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**em 31.12.x1 e 31.12.x0**  
**Expresso em R\$**

|                                                                  | 31.12.x1 | 31.12.x0 |
|------------------------------------------------------------------|----------|----------|
| <b>VENDAS DE PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS</b>                |          |          |
| Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços                       |          |          |
| (-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções               |          |          |
| <b>= RECEITA</b>                                                 |          |          |
| <b>(-) CUSTO DAS VENDAS</b>                                      |          |          |
| Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços                       |          |          |
| <b>= LUCRO BRUTO</b>                                             |          |          |
| <b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>                                 |          |          |
| Despesas Administrativas                                         |          |          |
| Despesas com Vendas                                              |          |          |
| Outras Despesas Gerais                                           |          |          |
| <b>= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>     |          |          |
| <b>(+/-) RESULTADO FINANCEIRO</b>                                |          |          |
| Receitas Financeiras                                             |          |          |
| (-) Despesas Financeiras                                         |          |          |
| <b>(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>             |          |          |
| <b>= RESULTADO ANTES DAS DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b> |          |          |
| (-) Despesa com Contribuição Social (*)                          |          |          |
| (-) Despesa com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (*)          |          |          |
| <b>= RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>                            |          |          |

(\*) As entidades que estão enquadradas no Simples Nacional devem evidenciar os tributos na linha “Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções”. Neste caso, devem desconsiderar essas contas.

## ANEXO 4

### PLANO DE CONTAS SIMPLIFICADO

| Código   | Descrição das Contas                                     |
|----------|----------------------------------------------------------|
| <b>1</b> | <b>ATIVO</b>                                             |
| 1.1      | ATIVO CIRCULANTE                                         |
| 1.1.1    | Caixa e Equivalentes de Caixa                            |
| 1.1.1.01 | Caixa                                                    |
| 1.1.1.02 | Bancos Conta Movimento                                   |
| 1.1.2    | Contas a Receber                                         |
| 1.1.2.01 | Clientes                                                 |
| 1.1.2.02 | (-) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa |
| 1.1.3    | Estoque                                                  |
| 1.1.3.01 | Mercadorias                                              |
| 1.1.3.02 | Produtos Acabados                                        |
| 1.1.3.03 | Insumos                                                  |
| 1.1.4    | Outros Créditos                                          |
| 1.1.4.01 | Títulos a Receber                                        |
| 1.1.4.02 | Impostos a Recuperar                                     |
| 1.1.4.03 | Outros Valores a Receber                                 |
| 1.3      | ATIVO NÃO CIRCULANTE                                     |
| 1.3.1    | Realizável a Longo Prazo                                 |
| 1.3.1.01 | Contas a Receber                                         |
| 1.3.1.02 | (-) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa |
| 1.3.2    | Investimentos                                            |
| 1.3.2.01 | Participações Societárias                                |
| 1.3.2.02 | Outros Investimentos                                     |
| 1.3.3    | Imobilizado                                              |
| 1.3.3.01 | Terrenos                                                 |
| 1.3.3.02 | Edificações                                              |
| 1.3.3.03 | Máquinas e Equipamentos                                  |
| 1.3.3.04 | Veículos                                                 |

|          |                                                         |
|----------|---------------------------------------------------------|
| 1.3.3.05 | Móveis e Utensílios                                     |
| 1.3.3.06 | (-) Depreciação Acumulada                               |
| 1.3.4    | Intangível                                              |
| 1.3.4.01 | <i>Softwares</i>                                        |
| 1.3.4.02 | (-) Amortização Acumulada                               |
| <b>2</b> | <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                     |
| 2.1      | PASSIVO CIRCULANTE                                      |
| 2.1.1    | Fornecedores Nacionais                                  |
| 2.1.1.01 | Fornecedor                                              |
| 2.1.2    | Empréstimos e Financiamentos                            |
| 2.1.2.01 | Empréstimos Bancários                                   |
| 2.1.2.02 | Financiamentos                                          |
| 2.1.3    | Obrigações Fiscais                                      |
| 2.1.3.01 | SIMPLES NACIONAL                                        |
| 2.1.3.02 | ICMS a Recolher                                         |
| 2.1.3.03 | ISSQN a Recolher                                        |
| 2.1.4    | Obrigações Trabalhistas e Sociais                       |
| 2.1.4.01 | Salários a Pagar                                        |
| 2.1.4.02 | FGTS a Recolher                                         |
| 2.1.4.03 | INSS dos Segurados a Recolher                           |
| 2.1.5    | Contas a Pagar                                          |
| 2.1.5.01 | Telefone a Pagar                                        |
| 2.1.5.02 | Energia a Pagar                                         |
| 2.1.5.03 | Aluguel a Pagar                                         |
| 2.1.6    | Provisões                                               |
| 2.1.6.01 | Provisão de Férias                                      |
| 2.1.6.02 | Provisão de 13º Salário                                 |
| 2.1.6.03 | Provisão de Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário |
| 2.2      | PASSIVO NÃO CIRCULANTE                                  |
| 2.2.1    | Financiamentos                                          |
| 2.2.1.01 | Financiamentos Banco A                                  |
| 2.2.2    | Outras Contas a Pagar                                   |

|          |                                                         |
|----------|---------------------------------------------------------|
| 2.2.2.01 | Empréstimos de Sócios                                   |
| 2.3      | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                               |
| 2.3.1    | Capital Social                                          |
| 2.3.1.01 | Capital Subscrito                                       |
| 2.3.1.02 | (-) Capital a Integralizar                              |
| 2.3.2    | Reservas                                                |
| 2.3.2.01 | Reservas de Capital                                     |
| 2.3.2.02 | Reservas de Lucros                                      |
| 2.3.3    | Lucros/Prejuízos Acumulados                             |
| 2.3.3.01 | Lucros Acumulados                                       |
| 2.3.3.02 | (-) Prejuízos Acumulados                                |
| <b>3</b> | <b>RECEITAS, CUSTOS E DESPEAS (CONTAS DE RESULTADO)</b> |
| 3.1      | <b>RECEITAS</b>                                         |
| 3.1.1    | Receitas de Venda                                       |
| 3.1.1.01 | Venda de Produtos                                       |
| 3.1.1.02 | Venda de Mercadorias                                    |
| 3.1.1.03 | Venda de Serviços                                       |
| 3.1.1.04 | (-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções      |
| 3.1.2    | Receitas Financeiras                                    |
| 3.1.2.01 | Receitas de Aplicações Financeiras                      |
| 3.1.2.02 | Juros Ativos                                            |
| 3.1.3    | Outras Receitas Operacionais                            |
| 3.1.3.01 | Receitas de Venda de Imobilizado                        |
| 3.1.3.02 | Receitas de Venda de Investimentos                      |
| 3.1.3.03 | Outras Receitas                                         |
| 3.2      | <b>CUSTOS E DESPESAS</b>                                |
| 3.2.1    | Custos dos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos    |
| 3.2.1.01 | Custos dos Insumos                                      |
| 3.2.1.02 | Custos da Mão de Obra                                   |
| 3.2.1.03 | Outros Custos                                           |
| 3.2.2    | Despesas Operacionais                                   |
| 3.2.2.01 | Despesas Administrativas                                |

|          |                                     |
|----------|-------------------------------------|
| 3.2.2.02 | Despesas com Vendas                 |
| 3.2.2.03 | Outras Despesas Gerais              |
| 3.2.3    | Despesas Financeiras                |
| 3.2.3.01 | Juros Passivos                      |
| 3.2.3.02 | Outras Despesas Financeiras         |
| 3.2.4    | Outras Despesas Operacionais        |
| 3.2.4.01 | Despesas com Baixa de Imobilizado   |
| 3.2.4.02 | Despesas com Baixa de Investimentos |
| 3.2.4.03 | Outras Despesas                     |